

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

SUELI GONÇALVES BARBOSA

**A DENÚNCIA POR MEIO DA ARTE:
A QUESTÃO PALESTINA ATRAVÉS DOS GRAFITES DE BANKSY E
DOS QUADRINHOS DE JOE SACCO**

Rio de Janeiro
2019

SUELI GONÇALVES BARBOSA

**A DENÚNCIA POR MEIO DA ARTE:
A QUESTÃO PALESTINA ATRAVÉS DOS GRAFITES DE BANKSY E
NOS QUADRINHOS DE JOE SACCO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy.

Rio de Janeiro

2019

SUELI GONÇALVES BARBOSA

**A DENÚNCIA POR MEIO DA ARTE:
A QUESTÃO PALESTINA ATRAVÉS DOS GRAFITES DE BANKSY E
DOS QUADRINHOS DE JOE SACCO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy.

Aprovado em _____________.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy.
(Orientador – Instituto de História – UFRJ)

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro
(Instituto de História – UFRJ)

Prof. Dr. Claudio Costa Pinheiro
(Instituto de História – UFRJ)

Rio de Janeiro

2019

Aos meus pais e à minha irmã, as pessoas mais lindas desse mundo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Minha mãe, meu maior exemplo de bom caráter. Obrigada por ter me criado com tanto amor e, mesmo tendo nascido em um meio familiar que cultivava valores conservadores, ter me permitido crescer livre, sem jamais ter ditado qualquer regra de comportamento ou escolhido os brinquedos com os quais eu poderia ou não brincar. Obrigada por sempre me incentivar em qualquer coisa que eu decida fazer na vida –; meu pai, uma criança grande que está sempre com um sorriso no rosto, hospitaleiro até com os marimbondos que vêm buscar água na torneira do nosso tanque – obrigada por ser esse pai carinhoso e por ter me ensinado que pra ser feliz a gente só precisa de paz interior. Obrigada por amar a todos nós e nunca reclamar dos nossos defeitos. Não sei como consegue tal proeza, mas ainda precisamos aprender isso com você –; minha irmã, minha melhor amiga – obrigada por estar sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida, por ser minha confidente, por me incentivar em qualquer coisa que eu decida fazer, por compartilhar tantas aventuras comigo e por ser a melhor companhia do mundo. Obrigada por ter lido toda a minha monografia e dado a sua valiosa opinião. Eu amo vocês, incondicionalmente.

Agradeço aos amigos que fiz na faculdade e que vão ficar para a vida toda. Em ordem alfabética, para que ninguém se sinta menos querido: Bárbara Gil, uma pimentinha com um coração enorme – obrigada pela amizade, pelas conversas virtuais de madrugada e por ser companheira de várias aventuras –; Bruno Pereira, meu exemplo de garra e determinação – eu tenho um orgulho enorme de você, meu amigo. Obrigada pela força e pelo companheirismo durante toda a faculdade –; Gilmar Salviano, um professor nato, o amigo que tantas vezes me ajudou quando eu ficava perdida para fazer os trabalhos no início da faculdade – eu aprendi muito com você. Obrigada pela amizade e por compartilhar o seu conhecimento comigo –; Laís Menezes, uma doçura de pessoa – como é divertido, suave e agradável conviver com você. Obrigada por me transmitir uma sensação tão boa –; Ronaldo Alves – obrigada pela amizade, pelos lanches que fizemos pelo Centro, antes das aulas, pelas conversas e pela boa companhia que você sempre foi –; Suellen Vieira, outra doçura de pessoa e ótima companhia pra qualquer passeio – alguém que não era da faculdade, mas que passou a fazer parte do nosso grupo de amigos, assistindo aulas e compartilhando momentos memoráveis, como o dia do hilário e-mail anônimo e a sua gargalhada nos denunciando –; Wander Mello, um fofo – obrigada pela amizade, pelo carinho que você sempre teve comigo e por todas as vezes que me fez companhia no ponto de ônibus, altas horas, pra que eu não ficasse lá sozinha –; Wanderson Santi, um ser

mitológico que em meio a pedras se pedrando e coqueiros se coqueirando foi capaz de concluir a monografia em tempo recorde e se formar antes de todos nós – obrigada pelos momentos inesquecíveis, por todas as gargalhadas, pela companhia maravilhosa e pela amizade sempre presente. Você não existe –. A pressão que eu senti durante esses anos de faculdade se tornou mais branda por causa de cada um de vocês. Obrigada por tudo, queridos.

Agradeço ao professor Murilo Meihy por gentilmente ter aceitado ser o meu orientador. Obrigada pela atenção em todos os momentos nos quais eu precisei conversar com você, e por ter sempre uma postura tão gentil e doce em relação aos alunos. Do mesmo modo, e destacando as mesmas qualidades, agradeço ao professor Fernando Castro por ter aceitado fazer parte da minha banca, e por ser essa pessoa tão adorável. Vocês são professores incríveis e seres humanos encantadores. São inspiração pra mim, inspiração profissional e, sobretudo, para a vida.

Obrigada ao professor Claudio Costa Pinheiro por ter aceitado ler a minha monografia em tão curto prazo.

Agradeço à UFRJ, mas em especial ao IFCS pelo ensino de qualidade, pelo ambiente agradável e por ter me proporcionado, durante todo esse tempo, o prazer de contemplar a sua tão charmosa escada.

“O Estado de Israel enfrenta a mesma situação difícil que sempre tem enfrentado desde 1967: pode ter terra ou pode ter paz; não pode ter as duas”.

(SHLAIM)

"A Palestina é hoje a maior prisão ao ar livre do mundo e o destino ideal para férias agitadas de artistas grafiteiros".

(BANKSY)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o papel dos grafites de Banksy e dos quadrinhos de Joe Sacco como linguagem política que se propõe a denunciar a violência exercida pelo governo israelense sobre a população palestina que vive, ou sobrevive, nos territórios ocupados da Cisjordânia e Faixa de Gaza. A partir da análise das mensagens contidas nos grafites que Banksy produziu no muro da Cisjordânia, e nos diálogos presentes na obra Palestina, de Joe Sacco, que se trata de um relato em quadrinhos de sua vivência durante viagem realizada pela região – ambos, personalidades mundialmente reconhecidas por seus trabalhos –, busca-se identificar a importância da contribuição de tais obras para a ampliação da visibilidade à questão palestina.

Palavras-chave: Questão palestina. Banksy. Grafites. Joe Sacco. Quadrinhos.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of Banksy's graffiti and Joe Sacco's comics as a political language intended to denounce the Israeli government's violence against the Palestinian population living or surviving in the occupied West Bank and Strip territories from Gaza. In the analysis of the messages contained in the graffiti Banksy produced on the West Bank wall, and in the dialogues of Joe Sacco's Palestine, which is a comic account of his experience during a trip through the region - both world-renowned personalities By his works - we seek to identify the importance of the contribution of such works to the increase of visibility to the Palestinian question.

Keywords: Palestinian question. Banksy. Graffiti. Joe Sacco Comics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do plano de partilha da Palestina - 1947.....	20
Figura 2 – Mapa do acordo de Camp David - 2000.....	28
Figura 3 – Mapa do traçado do muro da Cisjordânia.....	30
Figura 4 – Mapa dos postos de controle na Cisjordânia	31
Figura 5 – Mapa da perda do território palestino - de 1946 à atualidade.....	32
Figura 6 – Grafite menina com Balões	50
Figura 7 – Grafite menino pintor	51
Figura 8 – Grafite símbolo universal do corte aqui	52
Figura 9 – Grafite cavalo.....	53
Figura 10 – Grafite vista através do muro (paisagem).....	54
Figura 11 – Grafite vista através do muro (céu azul).....	54
Figura 12 – Quadrinhos campo de refugiados.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONTEXTO HISTÓRICO	14
3	A OBRA DE BANKSY COMO SUPORTE DE DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO PALESTINA.....	35
3.1	SOBRE O ARTISTA	35
3.2	O CONCEITO DE VIOLÊNCIA EM HANNAH ARENDT E FRANTZ FANON..	40
3.3	O CARÁTER DENUNCIATIVO DOS GRAFITES DE BANKSY	46
4	IMPRESSÕES SOBRE A PALESTINA, NA VISÃO DE JOE SACCO	56
4.1	A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA DO ÁRABE NA PRODUÇÃO CULTURAL E NA IMPRENSA	64
5	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS.....	69
	ANEXOS	72

1 INTRODUÇÃO

O conflito entre israelenses e palestinos pode ser considerado o maior problema geopolítico do século XXI, pois não envolve unicamente os interesses desses dois povos, ele é fortemente influenciado pelo ambiente de tensão que paira sobre todo o Oriente Médio há mais de setenta anos, ou seja, qualquer crise que envolva a região, seja ela de origem interna ou externa, tem forte impacto sobre a questão palestina, fator que a transforma em algo tão complexo e de difícil resolução.

Ao contrário do que muitos imaginam, a origem do conflito israelo-palestino é anterior à declaração de independência de Israel, que ocorreu em 1948. Antes disso, já havia uma série de tensões ocorrendo no território palestino devido à imigração de judeus para a região, impulsionada pelo movimento sionista. O que houve após a fundação do Estado israelense foi um aumento exponencial da tensão entre os dois povos.

O conflito que resultou na fundação do Estado de Israel provocou a fuga em massa da população palestina para outras partes do território ou para países árabes vizinhos. Esses indivíduos, até os dias atuais, são impedidos de retornar às suas casas e vivem em situação precária, amontoados em campos de refugiados, em condições mínimas para a sobrevivência.

Após a conquista da independência, o governo de Israel passou a expandir gradativamente as suas fronteiras sobre o território palestino. Deu início à construção de assentamentos, estradas e montou um forte aparato de segurança para subjugar a população nativa, destruindo casas, espoliando terras e impedindo a livre circulação desses indivíduos pelo seu território.

Tal conjuntura suscitou grande revolta e resistência por parte do povo palestino e dos países árabes vizinhos, gerando uma série de conflitos violentos ao longo de décadas, intercalados por fracassadas tentativas de acordo de paz e por períodos de cessar-fogo sob intervenção da ONU. Em 2002 a crise no território alcançou o seu ápice. Diante disso, o governo israelense tomou a decisão de construir uma barreira física para isolar o território da Cisjordânia, sob pretexto de haver necessidade de prover segurança à população israelense em razão dos constantes ataques terroristas na região.

O muro representa uma importante ferramenta de dominação por parte de Israel. Causa transtornos, miséria e sofrimento à população palestina, em um contexto de evidente violação de direitos humanos básicos. Além do regime de clausura imposto à população palestina pela

construção da barreira, a violência física, moral e psicológica é ação corriqueira por parte dos soldados israelenses que patrulham os territórios ocupados. Enquanto isso, o governo israelense vai seguindo com a sua “política de segurança” ignorando resoluções da ONU e em constante transgressão de leis internacionais.

Diante disso, vários artistas, de diversas partes do mundo, transformaram o muro em uma grande tela na qual fazem críticas ao muro e à sua função segregadora, por meio dos grafites. Entre esses artistas encontra-se o grafiteiro britânico Banksy, cujas obras, produzidas no muro da Cisjordânia, constam como parte do objeto de análise deste trabalho.

A situação vivida pela população palestina também chamou a atenção do jornalista e quadrinista Joe Sacco, que decidiu visitar a região e fazer um relato em quadrinhos de tudo o que vivenciou durante os dois meses em que esteve por lá. O resultado desta viagem foi a obra Palestina, que compõe, junto com os grafites de Banksy, o objeto de análise deste trabalho.

O presente estudo tem como objetivo identificar a forma mediante a qual os grafites de Banksy e os quadrinhos de Joe Sacco traduzem-se como veículo de denúncia da violência cometida pelo governo israelense contra a população palestina que habita os territórios ocupados, avaliando-se, desta forma, a contribuição de tais obras em seus papéis de dar relevo à questão palestina.

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas fontes textuais, audiovisuais e iconográficas. O material selecionado compreendeu livros, artigos acadêmicos, Anais de eventos sobre História, dissertações, reportagens jornalísticas, entrevistas, filmes e documentários. As amostras fotográficas dos grafites analisados foram coletadas no livro de autoria do próprio Banksy, e analisadas com base em métodos de análise e interpretação de grafites.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos. O primeiro apresenta o contexto histórico do conflito. Esta parte do estudo é de fundamental importância, pois tem a função de expor os acontecimentos que resultaram na fundação do Estado de Israel, em 1948, e toda a trajetória do conflito até os dias atuais. Servirá como base para a compreensão do contexto que teve como consequência a construção do muro, permitindo conhecer as justificativas e implicações desta ação. A partir de então, será possível interpretar as mensagens presentes nos grafites através do seu diálogo com este contexto. O mesmo ocorre com os quadrinhos de Sacco, cujo tema encontra-se inserido nesta conjuntura histórica e, a partir do conhecimento da mesma, poderão ser melhor compreendidos.

O segundo capítulo se propõe a analisar os grafites de Banksy. Inicia com uma apresentação sobre a vida e a obra do artista. Nesta parte, optou-se por fazer uma abordagem mais ampla, por se tratar de um artista de rua. E, como tal arte é marcada pelo preconceito, considerou-se importante dar ênfase a este item, com o intuito de destacar a qualidade, credibilidade e o reconhecimento global do trabalho deste artista. Na sequência, com base no conceito de violência, em Hannah Arendt e Frantz Fanon, busca-se definir o que se entende por violência neste trabalho, um conceito que ultrapassa os limites dos castigos físicos. Em seguida, é feita a análise dos grafites produzidos por Banksy no muro da Cisjordânia, no intuito de investigar o seu teor denunciativo.

O capítulo três trata da obra em quadrinhos, Palestina, de Joe Sacco. Tem início com uma breve abordagem sobre a vida e o trabalho do autor e, na sequência, faz a análise da obra. Não é intenção deste trabalho a apreciação das imagens, embora se reconheça a riqueza de informações contidas nelas. Tal interpretação acarretaria um aumento substancial de páginas neste trabalho, o que não seria viável. O fato é que para se alcançar o objetivo deste trabalho, que é o de investigar a obra como potencial veículo de denúncia da violência contra os palestinos, a análise dos diálogos mostrou-se satisfatória. Para finalizar o capítulo, faz-se uma análise da representação da figura do árabe na produção cultural e na imprensa. Esta parte do estudo tem o objetivo de identificar quais são os atores responsáveis e os interesses envolvidos na criação dos estereótipos incumbidos de classificar todo o povo árabe, como uma massa homogênea, sob o rótulo de terroristas.

A aplicação dos procedimentos listados acima permitiram responder, de forma satisfatória, a problemática proposta neste trabalho. E o resultado será apresentado a seguir.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

O território que hoje é disputado por israelenses e palestinos possui um extenso histórico de dominação ao longo dos séculos. Diversos impérios, como o Babilônico, o Persa e o Romano, subjugarão os povos dessa região, ininterruptamente, durante toda a sua história. A partir do século XVI, o território passou a fazer parte do Império Otomano, uma das maiores estruturas políticas já existentes no mundo, e esse domínio se estendeu por aproximadamente cinco séculos, até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Após a derrota militar sofrida neste combate, o Império Otomano chegou ao fim. Parte do seu território deu origem a atual Turquia, e suas colônias foram repartidas entre as potências

européias vencedoras. O Acordo Sykes-picot¹ estabeleceu tal divisão, definindo suas áreas de influência. As províncias árabes que integravam o Império Otomano passaram para os domínios britânico e francês. Entre elas a Palestina, que ficou sob o controle da Grã-Bretanha.

Segundo Cunha (1998), no ano de 1916, sem terem conhecimento sobre a existência do Acordo Sykes-Picot, os árabes foram persuadidos pelos ingleses a lutarem na guerra contra o Império Otomano em troca da independência de seu território em caso de vitória do bloco dos Aliados. Em contrapartida, visando ganhar também o apoio dos judeus, os britânicos fizeram a proposta de criação de um lar nacional judeu na Palestina. Ou seja, os ingleses negociaram, em segredo, tanto com os árabes quanto com os judeus, a posse do mesmo território.

Apesar dos compromissos assumidos pelo Império Britânico com os dois povos, em 1917 os ingleses emitiram a Declaração Balfour, através da qual comprometeram-se em realizar a promessa feita aos judeus, e isso significa dizer que o combinado com os palestinos foi ignorado pela Grã-Bretanha. Tal documento trata-se de uma carta enviada pelo ministro das Relações Exteriores, Arthur J. Balfour, ao Lorde Rothschild², para que a seguinte mensagem fosse comunicada à Federação Sionista da Grã-Bretanha: “O governo de Sua Majestade aprovou o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e irá se empenhar para facilitar a realização desse objetivo” (SHLAIM, p. 43).

Para Tragtenberg (2003), os motivos que levaram os britânicos a emitirem a Declaração Balfour “foram os efeitos de propaganda esperados sobre os judeus dos Impérios Centrais e da Rússia na esperança de colher benefícios na futura liquidação do Império Otomano” (TRAGTENBERG, 2003).

A ideia ratificada por tal documento teve sua origem no sionismo, movimento surgido na Europa no final do século XIX, que defendia a criação de um lar para os judeus. Essa ideia recebeu impulso devido à dificuldade que os judeus encontravam para serem incorporados à sociedade ocidental, e pelo crescente antissemitismo na Europa. Tratava-se de um momento em que o nacionalismo estava em alta e os judeus eram vistos como um grupo estrangeiro que não era bem-vindo na região.

¹ Em 1916, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, Inglaterra e França estabeleceram um acordo de partilha das terras do Império Otomano. Tal acordo recebeu o nome de Sykes-Picot, referência feita aos Secretários de Estado: Mark Sykes, da Inglaterra, e Georges Picot, da França.

² Liderança da comunidade judaica do Reino Unido.

O sionismo passou a utilizar o argumento bíblico de que a Palestina era a terra prometida do povo judeu como fundamento para suas ações colonialistas no território. Traumann (2014) ressalta que, diferentemente do que pregam os sionistas, a ligação do judaísmo com a Terra Santa não se traduzia na posse da mesma, nem na imigração em massa para a região, muito menos na criação de um Estado nacional para o povo judeu, pois o termo “pátria”, que diversas vezes é mencionado na Torá³, não está associado à ideia de *polis* grega, mas de local de origem de uma pessoa ou família. Além disso, o livro sagrado não dá a localização exata de onde seria a tal Terra Santa.

o sionismo foi visto como sacrílego pelo judaísmo rabínico, apropriando-se de símbolos e mitos religiosos judaicos ao mesmo tempo que “trocava a Torá pela Terra e Deus pelo Estado” [...] Os sionistas, esmagadoramente laicos, utilizaram, porém, a Bíblia como uma escritura de propriedade da Palestina e transformaram a narrativa da Torá, de uma coletânea de histórias inspiradoras de fé e elevação moral, para uma saga da conquista de uma Pátria por um povo e seu Deus (TRAUMANN, 2014, p. 701).

O criador do movimento foi o jornalista e ator teatral Theodor Herzl, um judeu que não tinha interesse pelo judaísmo e que não costumava se envolver em questões relacionadas ao povo judeu. Segundo Shlaim (2004), o interesse de Herzl em tal assunto surgiu enquanto fazia a cobertura de um importante episódio de antisemitismo: o Caso Dreyfus⁴, ocorrido no início dos anos 1890, na França. Neste período, Herzl trabalhava em Paris como correspondente de um jornal diário. Inspirado neste caso, em 1896 publicou o livro “O Estado judeu”, considerado o marco inicial do movimento sionista, no qual defendia a ideia de que o problema dos judeus

não era econômico, social ou religioso, mas nacional. Seguindo racionalmente essas premissas, deduziu que a única solução era os judeus abandonarem a diáspora e adquirirem um território sobre o qual pudessem exercer a soberania e estabelecer um Estado que lhes pertencesse (SHLAIM, p. 38).

Segundo Shlaim (2004), embora o livro apresentasse um projeto minucioso para a criação de um Estado judaico, em nenhum momento a Palestina é mencionada como local de realização deste empreendimento. Entretanto, em 1897 foi realizado o Primeiro Congresso Sionista, na Basileia (Suíça), cujo programa defendia a criação de um lar para os judeus na Palestina.

Adotando esse programa, o congresso endossou a concepção política de sionismo de Herzl. O programa da Basileia referia-se deliberadamente a um lar em vez de a um Estado para o povo judeu. Porém, do Congresso da Basileia

³ Escrituras religiosas judaicas.

⁴ A condenação de um jovem judeu, capitão do exército francês, chamado Alfred Dreyfus. Ele foi injustamente acusado de entregar documentos militares sigilosos ao exército alemão. Foi um escândalo que chocou a França e dividiu opiniões, no final do século XIX.

em diante, o objetivo nítido e constante do movimento sionista foi o de criar um Estado na Palestina para o povo judeu” (SHLAIM, p. 39).

Desde o Primeiro Congresso Sionista até a atualidade, o movimento colocou em prática a política de ignorar os palestinos. “O pressuposto não-declarado de Herzl e de seus sucessores era que o movimento sionista iria alcançar o seu objetivo não através de um entendimento com os palestinos locais, mas por meio de uma aliança com a grande potência dominante do momento” (SHLAIM, p. 41). E assim se deu, desde o início do século XX, conforme uma potência sobrepunha outra em seu domínio no Oriente Médio os sionistas iam buscando o seu apoio.

Primeiro foi o Império Otomano; após a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha; e após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos. Mas a fixação sionista em angariar o apoio das grandes potências na luta pela condição de Estado e na consolidação da soberania permaneceu constante (SHLAIM, p. 42).

Entretanto, após a divulgação da Declaração Balfour, a relação entre os árabes e os judeus residentes na Palestina tornou-se mais complicada. E, no intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, surgiu o movimento nacional palestino, que se tornou um obstáculo aos interesses sionistas. O movimento passou a atuar de forma extremamente hostil. O seu líder, Hajj Amin al-Husseini, incitou levantes contra os judeus e as autoridades britânicas, e recusou todas as propostas de reconciliação apresentadas pelos ingleses.

A escalada da resistência árabe, com ocasionais explosões de violência, forçou a Grã-Bretanha a reavaliar seus próprios compromissos com o sionismo. O resultado foi uma retração gradual da promessa contida na Declaração Balfour e uma política mais imparcial em relação às duas comunidades em conflito na Palestina (SHLAIM, p. 46).

A postura dos ingleses desagradou os sionistas. Porém Weizmann, líder do movimento, optou por não demonstrar tal descontentamento, visto que não havia outra opção a não ser continuar contando com o apoio dos ingleses para a realização do projeto sionista na Palestina.

O enfraquecimento do apoio britânico não desanimou os sionistas. O aumento demográfico no território fazia parte da estratégia judaica e era fundamental para que o movimento pudesse ganhar força. Sendo assim, no período entre as duas guerras mundiais a imigração de judeus para o território da Palestina, que já vinha acontecendo desde finais do século XIX, se acentuou.

Em 1922, os judeus contavam cerca de 11% de uma população total de três quartos de milhão, sendo o resto sobretudo muçulmanos e cristãos de língua árabe; em 1949, formavam mais de 30% de uma população que duplicara. A

essa altura, houvera considerável investimento, tanto de judeus individuais quanto de instituições formadas para ajudar na criação do lar nacional. Grande parte dele fora para as necessidades imediatas da imigração, algumas para projetos industriais: eletrificação (para a qual uma empresa judia recebeu concessão exclusiva), materiais de construção, processamento de alimentos. Muito também foi para a compra de terra e projetos agrícolas. No início da década de 1940, os judeus possuíam talvez 20% da terra cultivada, e uma grande parte disso pertencia ao Fundo Nacional Judeu, que a tinha como propriedade inalienável do povo judeu, na qual nenhum não-judeu podia ser empregado (HOURANI, p. 325-328).

O Fundo Nacional Judaico (FNJ), que faz parte da Organização Sionista Mundial, foi criado em 1898, durante o II Congresso Sionista. Ele tinha a missão de arrecadar fundos para a compra de terras na Palestina para favorecer a imigração de judeus para o território. A partir de 1940, os britânicos passaram a restringir tal compra a determinadas áreas da Palestina, mas as transações continuaram por meios ilegais.

Em virtude dos constantes conflitos no território palestino, no ano de 1937 os britânicos decidiram optar pela divisão do território para a criação de dois Estados nacionais, um judeu e outro palestino, como forma de pôr fim aos confrontos. Entretanto, em 1939, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os ingleses retiraram por completo o seu apoio ao sionismo e à criação de um Estado judeu, atitude formalizada por meio de um relatório oficial emitido em 17 de maio deste mesmo ano. Tal iniciativa se deveu ao fato de que se tratava de um momento no qual os britânicos teriam que enfrentar as potências do Eixo e, neste caso, seria mais vantajoso ter o apoio dos palestinos e dos países árabes do que o dos judeus.

Sem o apoio dos ingleses, o movimento sionista começou a organizar sua própria força militar para combater a resistência árabe, o que deu origem a organização paramilitar denominada Haganah, que promovia ataques contra a população palestina. E, como mencionado anteriormente, o movimento concentrou-se também em investir na imigração para acelerar o crescimento demográfico na região, elemento fundamental da estratégia sionista, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial.

Quando os horrores do holocausto vieram à tona isso fez com que o sionismo ganhasse força. A ideia de criação de um lar para os judeus já tinha boa aceitação na Europa, mas depois da divulgação das notícias sobre o genocídio judeu, praticado pelo regime nazista de Adolf Hitler, a necessidade de sua realização tornou-se inquestionável e urgente. “Por um lado, o Holocausto confirmou a convicção dos sionistas de que a justiça estava do lado deles na luta pela Palestina; por outro, converteu a opinião pública internacional à ideia de um Estado judeu independente” (SHLAIM, p. 62).

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, o movimento sionista começou a abandonar sua estratégia diplomática e a aliança feita com os ingleses. E, durante a conferência sionista de 1945, foi decidido que seria colocada em prática uma política de oposição judaica ao governo britânico na Palestina, com ataques armados. Os ingleses buscavam o apoio americano para auxiliar nos acordos de partilha da Palestina, mas os sionistas tentavam minar a diplomacia entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Neste momento, os sionistas já visavam angariar o apoio dos Estados Unidos, pois ao final da Segunda Guerra Mundial tanto a Grã-Bretanha quanto as demais potências europeias encontravam-se militar e economicamente debilitadas, enquanto os EUA emergiram com grande força.

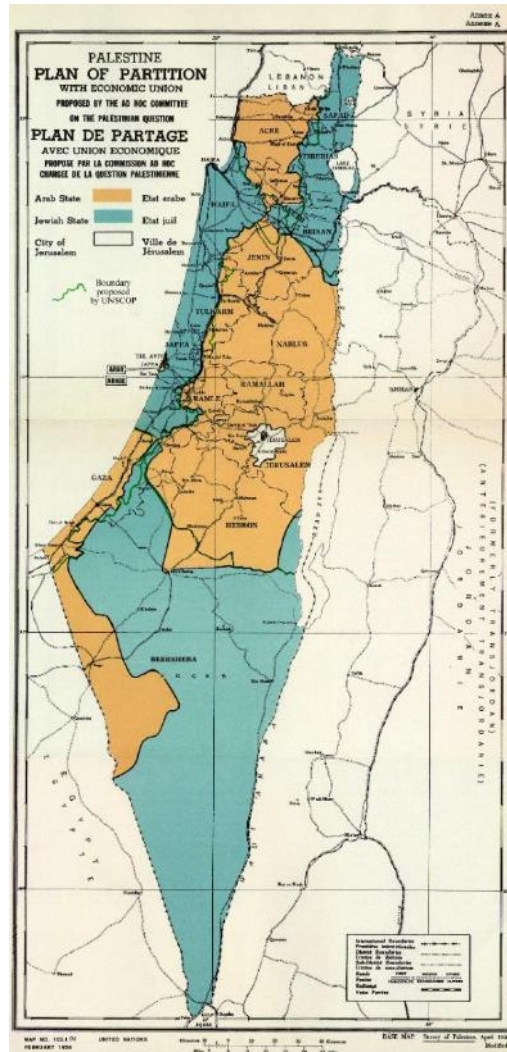
Em 1947, diante das fracassadas tentativas de acordo entre judeus e palestinos, a Grã-Bretanha decidiu entregar a decisão às Nações Unidas. Em uma assembleia geral foi aprovada a Resolução 181, que determinava a partilha da Palestina e uma administração internacional em Jerusalém⁵. Do lado judeu o plano foi aceito, porém os mesmos cobiçavam a ampliação gradativa de suas fronteiras para além do que havia sido acordado no plano de partilha apresentado pelas Nações Unidas. Os árabes rejeitaram a proposta. “O Comitê Superior Árabe, que os representava, denunciou o plano como sendo ‘absurdo, impraticável e injusto’” (SHLAIM, p. 64). O plano propunha aos árabes, que neste momento representavam mais de dois terços da população que habitava o território da Palestina, uma extensão territorial inferior à que foi destinada aos judeus, que somavam 30% da população. Segundo Gomes,

A criação de Israel, decidida pela ONU, em 1947, violou os direitos fundamentais do povo árabe palestino (70% do total da população nesse ano), garantidos pela Carta das Nações Unidas e pelo Pacto da Sociedade Mundial, que garantia a independência da Palestina, causando revolta generalizada no mundo árabe, já profundamente ressentido do imperialismo ocidental na região (GOMES, p. 3).

A figura 1 mostra a divisão proposta pelas Nações Unidas, através do plano de partilha da Palestina, em 1947. A área na cor azul delimita o território destinado à criação do Estado judeus, e as partes de cor laranja demarcam a área onde seria estabelecido o Estado Palestino. A área branca, no centro do território árabe, representa Jerusalém sob administração internacional.

⁵ Jerusalém é considerada a cidade sagrada de três religiões monoteístas: Cristianismo, Judaísmo e Islamismo, por esse motivo optou-se pela administração internacional, garantindo a livre circulação de pessoas pelo seu território. Palestinos e israelenses a reivindicam como capital.

Figura 1 – Mapa do plano de partilha da Palestina - 1947



Fonte: Nações Unidas, map. n. 103.1 (b), 1956.

Após a decisão das Nações Unidas em favor da partilha, a situação se agravou no território palestino. Grupos árabes partiram para o ataque contra os judeus. Diante da impossibilidade de acordo entre os dois povos, os ingleses assinalaram a data de 14 de maio de 1948 para se retirarem da região. Conforme esse momento se aproximava, o controle britânico na região foi enfraquecendo, e o conflito entre árabes e judeus alcançou o seu ápice. Em apoio aos palestinos, países árabes vizinhos entraram no conflito e a guerra foi desencadeada. O poderio militar judaico havia crescido enormemente no período que antecedeu o conflito, especialmente por terem contado com o total apoio dos Estados Unidos, fator que colocou os judeus em vantagem diante dos ataques árabes. O conflito envolveu o Egito, a Jordânia, a Síria, o Líbano, o Iraque e os combatentes palestinos, todos contra Israel.

Entre os governos árabes não havia organização suficiente para enfrentar essa guerra. Muitos haviam conseguido a independência recentemente e se

encontravam desestruturados e sem recursos. Houve também graves problemas de comunicação e comando [...] fatores que resultaram em vantagens importantes para os israelenses. Os sionistas se preparavam para essa guerra há algum tempo, financiados pesadamente pelos americanos (GOMES, p. 100).

Em 14 de maio de 1948 os judeus declararam sua independência, sendo prontamente reconhecidos como Estado independente pelo governo dos EUA. Segundo Shlaim (2004), tal declaração já havia sido planejada para acontecer assim que os ingleses abandonassem o território palestino.

A declaração de independência de Israel não pôs fim à guerra, ela se estendeu até janeiro de 1949, e ocorreu em duas fases, intercaladas por momentos de trégua decretados pelas Nações Unidas. A primeira teve início em novembro de 1947, quando foi anunciada a aprovação do plano de partilha, até 14 de maio de 1948, quando os judeus declararam a criação de um Estado independente. E a segunda se estendeu de 15 de maio de 1948 até 7 de janeiro de 1949, data na qual os dois lados concordaram com o cessar-fogo proposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e aceitaram dar início às negociações do armistício, que estabeleceria a paz no território. O conflito ficou conhecido como a primeira guerra árabe-israelense. Os judeus a chamam de Guerra da Independência, para os árabes é al-Nakba: a catástrofe.

A sociedade palestina desintegrou-se sob o impacto da ofensiva militar judaica ocorrida em abril, e o êxodo palestino foi desencadeado. Houve muitas razões para esse êxodo, incluindo a partida antecipada dos líderes palestinos, mas a razão mais importante foi a pressão militar judaica. [...] No final de 1948, o número de refugiados palestinos tinha se avolumado para cerca de setecentos mil. Porém, a primeira e maior onda de refugiados ocorreu antes da deflagração oficial de hostilidades, em 15 de maio. A maioria dos refugiados foi para a Cisjordânia, para a Faixa de Gaza e para países árabes vizinhos (SHLAIM, pp. 70-71).

O recém-criado Estado judeu recebeu o nome de Israel. E por decisão de Ben-Gurion, seu fundador, na declaração de independência não havia qualquer menção à demarcação de suas fronteiras, garantindo assim a possibilidade de expansão sobre o território que fora atribuído aos palestinos. Foi o que aconteceu ao final da primeira guerra árabe-israelense, que resultou na expansão do Estado de Israel de 55%, que era o limite territorial estabelecidos no Plano de Partilha das Nações Unidas, para 79% de todo o território da Palestina. Essa expansão incluiu a anexação da parte ocidental de Jerusalém, localidade que, segundo tal plano, deveria ficar sob administração internacional.

A Organização Sionista adotou duas estratégias durante a guerra: ocupar o máximo de territórios possível, para redesenhar as fronteiras determinadas para o estado judeu pela ONU, e executar uma “limpeza” étnica no território.

Aldeias inteiras foram massacradas e, ao mesmo tempo, as transmissões de rádio sugeriam que todos os palestinos corriam o mesmo risco. Isso causou uma fuga em massa da população, que abandonava suas casas muitas vezes com as roupas do corpo (GOMES, p. 100).

A partir de então, os palestinos, além de não possuírem um Estado nacional, passaram a viver em um território ocupado por Israel e submetidos a todo tipo de opressão e violência. Neste cenário, grande número de palestinos se viu obrigado a buscar abrigo em campos de refugiados, locais de espaço físico reduzido e crescente concentração demográfica.

Em 1950, dos 914.221 refugiados registrados, 240 mil encontravam-se em Gaza, 764 mil na Cisjordânia, 160 mil e setecentos em Israel; e outros se resignaram a instalar-se em diferentes países árabes ou em outros lugares desse vasto mundo” (SANBAR, 1994, p. 63 apud MONTENEGRO, p. 138).

Após a assinatura do armistício de 1949, a população palestina que havia se dispersado em massa tentou retornar, porém suas propriedades haviam sido confiscadas por Israel. A resolução 194 das Nações Unidas, de dezembro de 1948, garantia aos refugiados o direito de retorno às suas casas, ou uma indenização por suas propriedades, paga por Israel, àqueles que decidissem não regressar aos seus lugares de origem. Entretanto, o governo israelense recusou-se, e recusa-se até o momento no qual este trabalho está sendo realizado, a permitir o retorno dos refugiados ou dar aos mesmos qualquer tipo de compensação pela perda de suas terras.

Neste período, restavam ainda duas pequenas áreas do território que fora destinado à criação do Estado palestino que não estava sob o controle israelense, uma parte na Faixa de Gaza e outra na Cisjordânia. Porém, estas também foram ocupadas por Israel após sua vitória na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Com isso, Israel passou a ter o controle total de Jerusalém ao anexar também sua parte oriental. A partir de então, Israel passou a controlar por completo o território da Palestina histórica.

Os cidadãos palestinos foram colocados sob regime de ocupação militar, enquanto o Estado judaico iniciava a construção de assentamentos judaicos nos melhores setores dos territórios ocupados. É esta guerra, conhecida como *Guerra dos Seis Dias*, que está na origem do problema atual – alguns israelenses consideram-na o erro mais grave cometido por Israel na luta pela sua afirmação nacional, pois o país foi então tomado pela cegueira de não ver a situação dos palestinos nos territórios ocupados, e de acreditar que a colonização judaica destes territórios seria compatível com a manutenção dos palestinos em situação de miséria econômica, privação de liberdade e ausência de expectativas (GATTAZ, 2007, p. 2).

A ONU prontamente condenou a expansão israelense sobre os territórios árabes e determinou o imediato retorno às fronteiras estabelecidas antes da guerra. Ordem que não foi acatada por Israel. Gattaz (2007) chama atenção para as diferentes condutas assumidas pelo

Conselho de Segurança da ONU, “ao não exigirem que Israel respeite suas resoluções, ao contrário do que ocorreu com outros Estados que violaram o direito internacional, como o Iraque de Saddam Hussein, punido em 1991 por ter invadido o Kuwait” (GATTAZ, 2007, p. 2).

Diante da hesitação das Nações Unidas frente às ações israelenses, e da fuga em massa da população palestina, a OLP (Organização pela Libertação da Palestina), que havia sido criada há poucos anos, se fortaleceu e passou a lutar contra a existência do Estado de Israel, praticando ações terroristas para combater o sionismo. Simultaneamente, grupos de resistência começaram a crescer nos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Em certa medida, eram grupos pacíficos, mas, periodicamente, promoviam levantes mais violentos, como no caso da Primeira Intifada, ocorrida em 1987 - também conhecida como “revolta das pedras”, pois os palestinos utilizaram paus e pedras para enfrentar os militares israelenses.

Segundo Shlaim (2004), esta foi uma revolta popular, que ocorreu de forma espontânea. O autor ressalta que o levante não foi planejado pela elite palestina ou pela OLP, embora esta última tenha se unido rapidamente ao movimento que foi iniciado por civis comuns.

Na origem, a Intifada não era uma revolta nacionalista. Tinha suas raízes na pobreza, nas condições de vida miseráveis dos campos de refugiados, no ódio contra a ocupação e, acima de tudo, na humilhação que os palestinos tiveram de suportar durante os mais de vinte anos anteriores (SHLAIM, 2004, p. 508).

Entretanto, o conflito alcançou enorme importância política. E seus objetivos foram sendo delineados no decorrer do combate. Eles passaram a lutar pelo fim da ocupação militar e pela defesa do direito palestino a um Estado independente. “Desde o início, as forças armadas israelenses responderam duramente aos protestos, que foram marcados principalmente pelo envolvimento de crianças e jovens palestinos desarmados que atiraram pedras nas forças de ocupação” (UNITED NATIONS, 2008, pp. 27-28, tradução nossa). O governo israelense fez uso de munição letal contra os palestinos.

o exército matou centenas de pessoas que não carregavam armas de fogo, dentre elas mulheres e crianças, humilhou, torturou e quebrou ossos, atendendo a ordens do Ministro da Defesa. Afora isso, difundiram-se casos em que soldados israelenses tentaram enterrar garotos árabes vivos (SAHD, 2011, p. 6).

A Primeira Intifada recebeu ampla cobertura da mídia. As imagens chocaram a opinião pública, e a reputação de Israel ficou seriamente comprometida. O governo israelense alegava que as informações eram tendenciosas e afirmou que as cenas expostas pela mídia representavam uma simples ação do exército para conter o conflito. Porém, diante de tais

imagens, não haveriam argumentos capazes de suavizar a má impressão causada pela ação de um exército poderoso atacando civis que lutavam por direitos humanos básicos e por liberdade.

Observadores britânicos tomaram naturalmente o partido dos oprimidos. O ministro de Estado David Mellor, no Ministério das Relações Exteriores, deu vazão a sua repugnância às condições dos campos de refugiados de Gaza: “Desafio qualquer pessoa a vir aqui e não ficar chocado. As condições são uma afronta aos valores civilizados. É estarrecedor que, poucos quilômetros costa acima, exista prosperidade e aqui exista miséria em uma escala que não se compara a nada em lugar algum do mundo” (SHLAIM, 2004, p. 512).

Mais uma vez as Nações Unidas se manifestaram condenando Israel pela violação dos direitos humanos. Houve abertura de investigação no Conselho de Segurança da ONU para apurar as ações israelense que feriram e mataram civis palestinos. A repercussão do conflito na mídia gerou mudança de posicionamento da opinião pública nos EUA, e Israel perdeu o antigo apoio e simpatia da população americana.

Segundo Shlaim, a Primeira Intifada também afetou as relações entre os Estados Unidos e Israel, pois, embora o governo americano não se importasse com a opinião mundial sobre o conflito, havia o temor de que a aproximação com Israel comprometesse os seus interesses no Oriente Médio e no Golfo Pérsico. Isso gerou uma participação mais incisiva dos Estados Unidos para a resolução do conflito. No curso dos acontecimentos, tiveram início novas negociações de paz, conhecidas como processo de Oslo, nome recebido devido ao fato de terem ocorrido na cidade de Oslo, capital da Noruega. Tratou-se de uma sequência de acordos envolvendo Yitzhak Rabin, primeiro-ministro israelense, e Yasser Arafat, presidente da OLP, tendo como mediador o presidente norte americano Bill Clinton.

Gattaz (2007) ressalta que tais acordos deram origem à bantustanização⁶ da Palestina. As negociações de paz, ocorridas entre 1993 e 2000, resultaram na divisão do território palestino em várias partes, nas quais previa-se que o controle civil e militar fosse gradativamente sendo transferido para as autoridades palestinas, em um prazo de cinco anos. Simultaneamente a isso, o governo israelense deveria ir progressivamente retirando o exército de ocupação e os assentamentos judaicos do território palestino. Entretanto, os judeus não cumpriram a sua parte no acordo. Passados sete anos, o controle palestino dos territórios ocupados por Israel não chegava a 10% da área total. No restante da região permanecia a ocupação militar israelense, a exploração dos recursos naturais, e a construção de assentamentos

⁶ O termo faz referência às pequenas divisões territoriais que foram criadas na África do Sul, “pseudo-Estados”, onde viviam cidadãos negros durante o regime de apartheid. Isto porque os mesmos eram impedidos de frequentar áreas tidas como de uso exclusivo de brancos.

judaicos e de uma rede de estradas que davam acesso a eles. Fatores que denotam clara violação do disposto nos acordos de Oslo.

Além da ausência de mecanismos legais que obrigassem o cumprimento do que já tinha sido estabelecido entre palestinos e israelenses, outro grande problema dos acordos de Oslo diz respeito ao fato de não ter havido negociação prévia com relação a etapa final do processo. Shlaim (2004) destaca que a separação entre o acordo provisório e o permanente foi justamente o que permitiu o avanço das negociações. Rabin, primeiro-ministro israelense, embora fosse contrário à criação de um Estado palestino autônomo, era favorável à ideia de uma confederação entre Jordânia e palestina. O líder da OLP, Yasser Arafat, visava a formação de um Estado independente para o povo palestino, mas não era contrário à ideia da confederação. Sendo assim, ambos assumiram o risco de assinar um acordo que previa apenas decisões para a fase inicial do processo, deixando questões fundamentais para negociações futuras.

A declaração não mencionava absolutamente nada a respeito de questões vitais como o direito de retorno dos refugiados de 1948, as fronteiras da entidade palestina, o futuro dos assentamentos judaicos na Cisjordânia e em Gaza e a situação de Jerusalém. A razão desse silêncio não é difícil de entender: se tais questões fossem abordadas, não teria havido nenhum acordo (SHLAIM, pp. 579-580).

As negociações que definiriam esses pontos do acordo estavam previstas para ocorrer em 4 de maio de 1996. Porém, em novembro de 1995, dois anos após a assinatura da Declaração de Princípios, durante um comício pela paz em Tel Aviv, Rabin foi assassinado a tiros por um jovem judeu fanático, militante de extrema direita, contrário ao acordo. A ideologia que orientava o assassino tinha como premissa a ideia de que o povo judeu era o povo escolhido por Deus para ser o legítimo proprietário da “terra prometida”, ou seja, o território palestino em sua totalidade, fator que impossibilitaria a sua divisão. Tal pensamento era compartilhado por diversas pessoas que integravam o grupo religioso-nacionalista israelense. Durante o julgamento, o assassino confessou ter matado Rabin para pôr fim ao processo de paz com os palestinos e tomou como base a lei religiosa judaica para justificar o assassinato.

Afirmou no tribunal que, segundo a *halacha*, um judeu que dá sua terra ao inimigo e coloca em perigo a vida de outros judeus deve ser morto [...] orgulhava-se do que fizera e, repeditamente, alegava que tinha realizado os desejos de Deus e livrado o seu país de um *rodef*, um perseguidor (SHLAIM, p. 614).

Shlaim (2004) ressalta que o assassino não tinha problemas mentais, mas fazia uma poderosa combinação de fanatismo religioso e nacionalismo racista. E, assim como ele,

existiam muitos outros indivíduos tomados por um forte pensamento messiânico provocado pela Guerra dos Seis Dias.

A Guerra dos Seis Dias teve um profundo efeito na esfera religiosa em Israel e deu origem ao “sionismo religioso”. A conquista da Cisjordânia, que, como Judeia e a Samaria, tinha feito parte do reino bíblico judaico, convenceu muitos rabinos e professores de que se vivia uma era messiânica e que a salvação estava prestes a acontecer. A guerra representava a Mão Divina em ação e era “o início da redenção”. Quase imediatamente, esses rabinos começaram a santificar a terra de seus ancestrais e a transformá-la em objeto de paixão religiosa. Fizeram da santidade da terra o dogma central do sionismo religioso, e qualquer pessoa que estivesse disposta a desistir de partes dessa terra sagrada era considerada traidor e inimigo do povo judeu. Nesse sentido, o assassinato de Rabin foi um assassinato religioso, realizado com a aprovação rabínica ortodoxa (SHLAIM, p. 615).

Tal pensamento era utilizado como base para a defesa dos assentamentos construídos por Israel em território palestino. Sendo assim, ao estabelecer um acordo para a divisão da terra com os palestinos, Rabin era acusado de abandonar os colonos e considerado um traidor pelos grupos políticos da oposição.

A política israelense é habitualmente rude, mas os ataques a Rabin depois de Oslo escalaram novas alturas em sua virulência e ódio. Rabin foi acusado de subserviência aos estadistas estrangeiros, de apunhalar o país pelas costas e de aceitar a retirada para “as fronteiras de Auschwitz”. Sua efigie, vestida com uniforme nazista, era exibida com destaque nos comícios da oposição. Rabinos ortodoxos, incluindo dois ex-rabinos supremos, exortaram os soldados israelenses, em nome da *halacha*, a desobedecerem a qualquer ordem de evacuar partes da Cisjordânia (SHLAIM, p. 616).

Por outro lado, boa parte da população israelense apoiava a política de paz de Rabin. E, mesmo após a sua morte, pesquisas de opinião pública, realizadas no processo das eleições de 1996, revelaram que o acordo de paz com os palestinos e a retirada das tropas do território ocupado eram bem vistos pela maioria dos civis israelense. Não é possível saber como o processo de paz teria sido encaminhado por Rabin, e se teria sido finalizado. Entretanto, representou um importante passo na busca pela paz com os palestinos e o mundo árabe.

Binyamin Netanyahu foi o vencedor das eleições de 1996. E, apesar de ser defensor da ideia da Terra de Israel sem divisões, durante a campanha política procurou não explicitar sua oposição ao acordo de paz, devido ao fato das pesquisas apontarem que dois terços da população era favorável a essas negociações. Porém, desde o primeiro momento em que assumiu o cargo, se empenhou em aniquilar os acordos de Oslo.

Ao construir novos assentamentos judeus na Cisjordânia e mais habitações judaicas em terras árabes de Jerusalém, ele violou o espírito desses acordos. Sob sua liderança o confisco de terras árabes prosseguiu apressadamente, e os

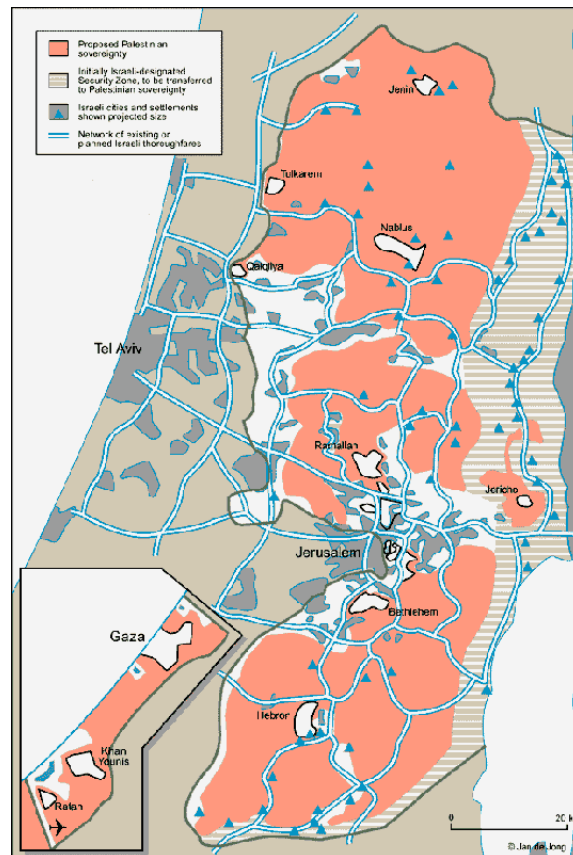
colonos direitistas receberam incentivo para prejudicar, atormentar e humilhar a população tão sofrida dos territórios ocupados. Quanto à Autoridade Palestina, foi tratada pelo primeiro-ministro não como um parceiro no caminho para a paz, mas como um instrumento defeituoso da segurança israelense (SHLAIM, 672).

Durante o governo de Netanyahu o processo de paz foi interrompido. Após a sua queda, em julho de 1999, novas negociações de paz foram iniciadas. No ano de 2000 o presidente norte-americano Bill Clinton convidou judeus e palestinos para uma última rodada de negociações, na base militar de Camp David, nos EUA. O encontro teve como objetivo debater questões que foram deixadas de lado nas negociações ocorridas em Oslo, tais como fronteiras, refugiados e assentamentos judaicos. Após dias de debates, a reunião resultou em recusa palestina à proposta feita pelo Primeiro-ministro israelense, Ehud Barak.

Na imprensa e na comunidade internacional, o fracasso foi imediatamente atribuído à “intransigência” do líder palestino Yasser Arafat, que não estaria interessado na pacificação. Entre as condenações públicas a Arafat, porém, jamais foi exibido e comentado o mapa dos territórios oferecidos por Israel para a construção do Estado Palestino: uma verdadeira colcha de retalhos, composta por dezenas de trechos isolados de terra, alguns tão pequenos como um pequeno sítio rural brasileiro, separados por cercas, entremeados por estradas de uso exclusivo dos israelenses e por duas centenas de assentamentos judaicos onde residiam mais de 400.000 colonos, ocupando as terras mais férteis e ricas de recursos minerais (GATTAZ, 2007, p. 3).

A figura 2 ilustra tal proposta. As porções de terra na cor salmão indicam a área na qual seria criado o Estado palestino. Como pode ser observado, há cidades e assentamentos judaicos espalhados por todo o território, eles aparecem na imagem representados por marcas de cor cinza e por pequenos triângulos azuis. E toda a área é cortada por estradas controladas pelo governo israelenses. É importante observar que a região localizada na extremidade direita do mapa, na qual se encontra o rio Jordão, também é controlada por judeus. E assim se configura o que Gattaz (2007) denomina como “colcha de retalhos”.

Figura 2 – Mapa do acordo de Camp David - 2000



Fonte: Gattaz, 2007, p. 5.

A derrota de Camp David gerou sérias consequências para as relações árabe-israelenses. Em um cenário no qual não havia perspectiva quanto a viabilidade de um acordo de paz, e diante da situação de desespero da população palestina, em setembro de 2000 eclodiu a Segunda Intifada (2000-2005), um novo levante contra a ocupação israelense.

O conflito irrompeu logo após o comunicado do impasse nas negociações de Camp David, e o elemento responsável por desencadear o levante foi a visita de Ariel Sharon, parlamentar israelense, à Mesquita de Al-Aqsa, localizada em Jerusalém. O local é considerado sagrado pelos árabes, e a visita de Sharon foi interpretada pelos palestinos como uma afronta, e pode ser vista como uma espécie de gota d'água para a deflagração do conflito, pois logo após a sua retirada do local desencadearam-se manifestações de intensa violência entre israelenses e palestinos, principalmente na região próxima ao Muro das Lamentações.

A Segunda Intifada apresentou um grau de violência superior à primeira. Após o fim do governo de Ehud Barak, Ariel Sharon venceu as eleições de fevereiro de 2001 para o cargo de Primeiro-Ministro de Israel e, sob o seu governo, a escalada da violência progrediu, chegando

a níveis extremos. O embate resultou em um enorme saldo de mortos e feridos e a repressão israelense foi impiedosa.

Durante a primeira intifada, as forças armadas israelenses distribuíram bastões a suas tropas e as estimularam a quebrar os ossos dos manifestantes palestinos. A filial sueca da Save the Children estimou que “entre 23.600 e 29.900 crianças precisaram de tratamento médico para ferimentos de pancadas nos primeiros dois anos da intifada”. Quase um terço dessas crianças tinha dez anos de idade ou menos. A resposta à segunda intifada foi ainda mais violenta, levando o Ha’aretz [jornal diário israelense] a declarar que “as forças armadas israelenses [...] estão se transformando em uma máquina de matar cuja eficiência é admirável, mas chocante”. As forças armadas israelenses dispararam 1 milhão de balas nos primeiros dias do levante. Desde então, para cada israelense perdido, Israel matou 3,4 palestinos, na maioria observadores inocentes; a relação entre crianças palestinas e israelenses mortas é ainda mais alta (5,7:1) (MEARSHEIMER; WALT, p. 49).

Sharon passou a justificar a violência como uma forma de combate ao terrorismo e, segundo Gattaz (2007), não se deu conta de que a resistência palestina era um reflexo da violência exercida por Israel. Também deu continuidade às desapropriações de terras árabes e à construção de assentamentos, e se empenhou em destruir a infraestrutura que havia sido erguida, no período do processo de Oslo, para um futuro Estado palestino. Em represália às ações israelenses, grupos de resistência mais intolerantes como o Hamas e a Jihad Islâmica passaram a executar ataques não apenas contra militares, mas também contra civis israelenses.

Neste cenário, Ariel Sharon, amparado no discurso de segurança interna, deu início, em 2002, à construção de um muro na Cisjordânia, chamado pelo governo israelense de “cerca de segurança”, e conhecido pelo resto do mundo como “muro da vergonha” ou “muro do apartheid”. O muro separou agricultores de suas terras e dos recursos naturais da região. Famílias e comunidades ficaram isoladas do restante da Cisjordânia, e moradores palestinos da Cisjordânia perderam o acesso a Jerusalém Oriental, seu principal centro econômico, cultural e religioso.

na verdade, um complexo de fortificações composto por muros, cercas, fossos, barreiras, portões de controle, torres de segurança e equipamentos de vigilância eletrônica [...] O muro não cerca a Cisjordânia, como pensam algumas pessoas que nunca viram o mapa, porém é construído dentro do território ocupado, criando verdadeiros bantustões onde devem ficar restritos os palestinos, no que pode ser considerada a maior prisão do mundo, pois está restringindo a liberdade de toda uma nação. Segundo a Corte Internacional de Justiça, em parecer de 9 de julho de 2004, a construção deste muro e seu regime associado de clausura “são contrários à lei internacional (GATTAZ, p. 4).

A figura 3 ilustra o traçado do muro. Ele contorna toda a área de cor amarela e vermelha no mapa, e representa o que restou do território palestino. A linha verde indica as fronteiras do armistício de 1949, território que, junto com Gaza, deveria compor o Estado palestino. Em verde escuro, destaca-se a parte da Cisjordânia sob total controle israelense.

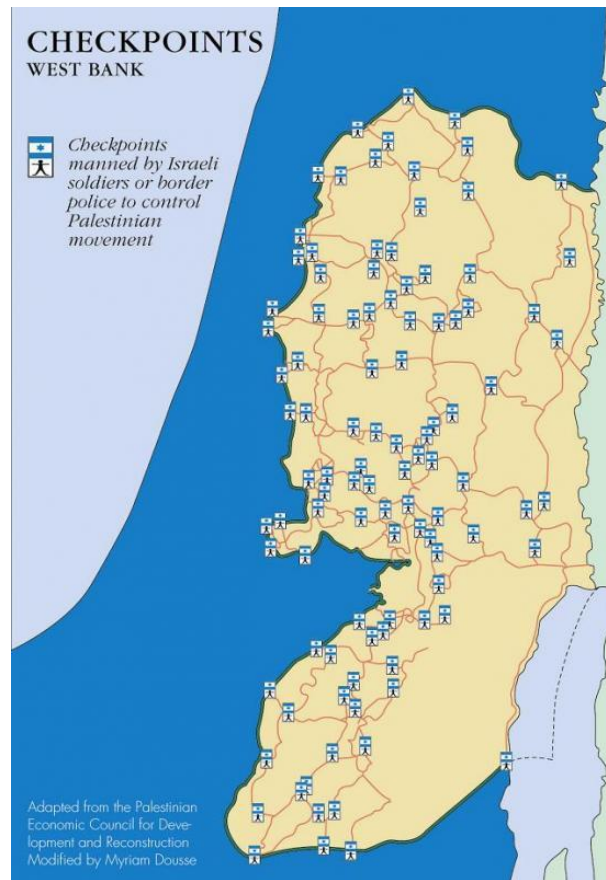
Figura 3 – Mapa do traçado do muro da Cisjordânia



Fonte: Gattaz, 2007, p. 5.

Os postos de controle impõem obstáculos à circulação da população palestina. Tais postos são administrados por soldados israelenses ou pela polícia de fronteira, e estão distribuídos por todo o território da Cisjordânia. Apenas uma parte desses postos fiscaliza as fronteiras do Estado Israelense, a maior parte deles dificulta a mobilidade dos palestinos dentro de seu próprio território, como pode ser observado no mapa abaixo (figura 4).

Figura 4 – Mapa dos postos de controle na Cisjordânia



Fonte: Palestine Portal⁷

Todo esse sistema de barreiras, que compromete a liberdade de trânsito dos palestinos, faz parte da estratégia israelense para dificultar a formação de movimentos de resistência contra o poder ocupante e permitir que Israel vá gradativamente anexando partes da Cisjordânia e minando o sonho palestino de ter um Estado independente. Desde a fundação do Estado israelense, em 1948, o território vem paulatinamente encolhendo. O mapa a seguir (figura 5) ilustra tal espoliação. A área na cor verde representa o território palestino e em amarelo o israelense.

⁷ Disponível em: <http://www.palestineportal.org/wp-content/uploads/2017/01/Map_Checkpoints_WestBank.jpg>. Acesso em 14 jul. 2019.

Figura 5 – Mapa da perda do território palestino - de 1946 à atualidade



Fonte: Portal Caravan Daily⁸.

No primeiro mapa, de 1946, pode-se observar pequenos pontos amarelos que indicam as terras que foram sendo compradas por judeus, desde o final do século XIX. E, como mencionado anteriormente neste trabalho, tais compras foram se acentuando durante o mandato britânico na Palestina, após o término da Primeira Guerra Mundial. O segundo mapa, de 1947, já no final do mandato britânico, mostra a divisão proposta pelo Plano de Partilha da Palestina, instituído pela ONU. No terceiro mapa observa-se o avanço judaico sobre o território palestino após a guerra que resultou na fundação do Estado de Israel, em 1948. Embora não haja indicação no mapa, vale recaptular que, ao final da guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel passou a controlar por completo o território palestino, porém, devido aos conflitos internos e à pressão internacional, novas negociações de paz foram realizadas e o controle de algumas áreas foi devolvido aos palestinos. Por fim, o último mapa mostra a situação atual do território, já completamente fragmentado e reduzido a uma parte ínfima da área que havia sido destinada à criação do Estado palestino.

⁸ Disponível em: <<http://caravandaily.com/porta/wp-content/uploads/2016/12/Loss-of-Palestinian-land.jpg>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

Passados setenta e um anos desde a fundação do Estado de Israel, e dezessete anos do início da construção do muro na Cisjordânia, nada foi feito para deter o governo israelense em sua empreitada de violência, segregação e humilhação contra a população palestina que habita os territórios ocupados. Também não houve qualquer tipo de solução para o problema dos refugiados palestinos, que vivem em condições desumanas dentro de assentamentos densamente povoados, espalhados por Gaza, Cisjordânia e países vizinhos.

Em 2005, teve início uma campanha por boicote, desinvestimento e sanções a Israel: o BDS. O movimento, que integra ativistas e organizações de várias partes do mundo, surgiu a partir de um apelo feito pela sociedade civil palestina, e visa pressionar Israel a pôr fim à persistente violação de leis internacional e dos direitos humanos. A campanha faz uma comparação entre a natureza do regime de apartheid, ocorrido na África do Sul, e as ações israelenses contra a população palestina, e reivindica que Israel retire suas tropas do território palestino e ponha fim ao processo de colonização; que reconheça o direito dos cidadãos árabes que vivem em Israel e o direito de retorno dos refugiados palestinos. “Não é uma questão de idealizar os palestinos ou demonizar os israelenses. É somente dizer que há todo um grupo de pessoas que não pode ter uma vida normal somente por causa de uma coisa: eles são palestinos, eles não são judeus” (PAPPÉ, 2017).

Na África do Sul o movimento de boicote gerou resultado, levando à derrocada do regime de apartheid, mas quando se trata de Israel a situação é complexa, visto que o apoio militar, econômico, diplomático e ideológico dos Estados Unidos não cessa. Ao vencer as últimas eleições norte-americanas para presidente, Donald Trump reconheceu Jerusalém como capital israelense e, em maio de 2018, autorizou a abertura da embaixada americana na cidade sagrada. Tais atitudes provocaram a fúria dos palestinos, que sempre reivindicaram a parte oriental de Jerusalém como sua capital. Houve violentos confrontos que geraram o maior saldo de mortos em conflitos na região, desde os ataques israelenses à Gaza, em 2014. E, desta forma, o governo israelense vai, de conflito em conflito, gradativamente concretizando o antigo desejo de englobar no interior de suas fronteiras todo o território da Palestina histórica.

Para o historiador israelense, Ilan Pappé, o que aconteceu na Palestina em 1948, e que continua acontecendo até o momento atual, é um típico caso de limpeza étnica. Em entrevista sobre o livro “A limpeza étnica da Palestina”, publicado em 2006 e lançado no Brasil em 2017, ele diz:

Eu estudei durante muito tempo o significado que o conceito de limpeza étnica tem, do ponto de vista legal, moral e ideológico. E ficou evidente pra mim que

o que foi feito pelo movimento sionista com a população palestina em 1948 foi um clássico de limpeza étnica, de acordo com todas as definições legais, acadêmicas e morais que nós temos para o termo. Na verdade, eu não escrevi para os palestinos. Eles sabem o que aconteceu com eles. Mas eu queria que o mundo entendesse que um crime terrível foi cometido em 1948. E que isto, até hoje, é ignorado pelas pessoas. E é porque se nega isto que eu acho que não se entende corretamente porque existe um conflito entre Israel e a Palestina, e porque, até hoje, é tão difícil resolvê-lo (PAPPÉ, 2017).

Enfim, desde os acordos de Oslo, de 1993, não se vislumbrou mais um futuro de paz na região. Embora tenha havido novas tentativas de acordo entre as partes envolvidas no conflito, não houve sucesso nas negociações, visto que, desde então, os líderes israelenses limitaram-se a oferecer aos palestinos pequenos pedaços de terra cercados por assentamentos judaicos e amplo controle militar. Além disso, o contínuo avanço sobre o território da Cisjordânia torna a cada dia mais inviável a construção de um Estado palestino. Principalmente em se tratando de um contexto no qual há uma relação tão desigual de poder.

Sem qualquer perspectiva de solução, os conflitos continuam eclodindo até o momento atual, intercalados por períodos de suspensão temporária das hostilidades, sob intervenção das Nações Unidas. A cada nova investida militar israelense contra o território palestino o resultado é um enorme saldo de civis mortos ou feridos, entre adultos e crianças. Enquanto isso, o governo israelense segue exercendo a sua política colonialista e segregacionista na região. E qualquer crítica direcionada a Israel ou às suas deliberadas ações são respondidas com acusações de antissemitismo, e perseguições, como no caso do historiador israelense, Ilan Pappé, que, após o lançamento do livro “A limpeza étnica da Palestina”, passou a viver no exílio. Movimentos de apoio internacional aos palestinos, como o BDS, e as empresas que o apoiam, são alvos de ataques sionistas em diversos países. E, embora a imagem de Israel venha se deteriorando,

A situação e o crescente isolamento diplomático de Israel não parecem incomodar os últimos governos israelenses, que em média a cada três anos têm invadido Gaza para enfraquecer a infraestrutura do Hamas. Resta a Israel o apoio incondicional de seu *lobby* no congresso norte-americano, especialmente de congressistas evangélicos que veem Israel não como um Estado normal que deva responder perante seus atos a comunidade internacional, mas como um Estado sagrado no qual cada primeiro-ministro parece automaticamente imbuído da infalibilidade papal, estando acima de críticas simplesmente por se tratar do país do “povo eleito”. Enquanto tal mentalidade, que dá a Israel carta branca para agir como quiser, persistir, qualquer solução racional parecerá cada vez mais distante (TRAUMANN, p. 705).

3 A OBRA DE BANKSY COMO SUPORTE DE DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO PALESTINA.

Neste capítulo será analisada a forma por meio da qual os grafites produzidos por Banksy, no muro da Cisjordânia, servem como suporte de denúncia da violência praticada pelas forças israelenses contra a população palestina. Para tanto, são indispensáveis o conhecimento sobre a personalidade do artista e a sua obra, e o esclarecimento sobre o que se entende como violência neste estudo. Por fim, será tratado o tema dos grafites e a sua interpretação, buscando compreender a crítica vinculada a eles para que se possa identificar o seu teor denunciativo.

3.1 SOBRE O ARTISTA

Embora Banksy seja um artista de reconhecimento internacional, seu rosto e sua identidade são mantidos em segredo. Há quem arrisque palpites sobre algumas de suas características particulares e há os que dizem que Banksy são muitos - um coletivo de artistas que age sob o pseudônimo de Banksy.

O grafiteiro não costuma dar entrevistas à imprensa, porém, nas esporádicas ocasiões em que aparece diante das câmeras, como no caso da gravação do documentário "Exit through the Gift Shop" ou em fotos para o livro "Banksy: guerra e spray", está sempre com o rosto coberto por um capuz ou máscara. E, apesar de não se saber ao certo quem é Banksy, parece haver um consenso sobre o seu local de origem: a cidade de Bristol, no interior da Inglaterra. Acredita-se que o artista tenha nascido em meados da década de 1970, estando atualmente em torno da casa dos cinquenta anos de idade.

Parte significativa de sua obra foi realizada na cidade de Londres, mas seus grafites estão presentes em pontes, muros, calçadas e no asfalto das ruas de várias cidades por todo o mundo. Suas intervenções podem ser observadas inclusive em veículos abandonados, navios, em sobreposição a propagandas de outdoors e, até mesmo, em animais - como vacas e elefantes (nestes, Banksy utiliza tinta infantil, específica para a pele).

O artista utiliza a técnica do estêncil para a produção de suas obras. Trata-se de um molde vazado, produzido a partir de materiais como papel, plástico, acetato (película utilizada para fotografia), através do qual é lançado um jato de tinta (podendo ser em aerossol ou espalhada com pincel) para a aplicação de imagens em uma superfície. Tal técnica possibilita uma redução substancial no tempo de produção dos grafites, fator que facilita a ação do grafiteiro, visto que tal arte é criminalizada em diversos países e normalmente o artista precisa

correr quando a polícia chega, deixando a obra inacabada quando há uma demanda maior de tempo para que ela seja concluída.

Os grafites de Banksy, em sua maioria, são repletos de críticas contra a injustiça, a desigualdade social e a opressão no mundo. "É preciso muita coragem para, numa democracia ocidental, se erguer anonimamente e clamar por coisas em que ninguém mais acredita – como paz, justiça e liberdade" (BANKSY, 2005, p. 31). O artista tem como alvo não apenas o Estado, gerador de tais mazelas, mas a sociedade como um todo, por sua participação secundária neste empreendimento.

Suas críticas são carregadas de sarcasmo, característica básica de sua arte. O objetivo é provocar o mundo, forçando as pessoas a prestarem mais atenção na "paisagem" cotidiana. Suas obras representam algo que destoam dessa paisagem sóbria e trivial do dia-a-dia, e, por isso mesmo, roubam a atenção de quem passa pela rua. Policiais, macacos e ratos são personagens de destaque. Estes sempre se apresentam em situações inoportunas, com o intuito claro de chocar o observador, provocando nele algum tipo de reação, nem que seja um simples sorriso que, afinal, já é suficiente para despertar o indivíduo de seu transe diário.

Grafites que debocham das autoridades, mostrando um soldado da guarda real urinando no muro ou policiais do sexo masculino se beijando, parecem ser uma forma de questionar a eficácia de tais autoridades como força de defesa a serviço da sociedade. Os macacos aparecem dando sinal de inteligência superior a dos humanos. E os ratos com comportamentos habilidosos - situações nas quais são vistos quebrando cadeados; pichando muros; com olhar desconfiado carregando malas suspeitas ou, até mesmo, bem trajados na porta do buraco, com tapete vermelho estendido, aguardando para recepcionar os convidados. Banksy, descrevendo a repulsa provocada pelos ratos, faz alusão a própria condição do grafiteiro.

Eles existem sem permissão. São odiados, caçados e perseguidos. Vivem no lixo em um desespero silencioso. E, mesmo assim, são capazes de fazer com que civilizações inteiras caiam de joelhos. Se você é sujo, insignificante e indesejável, então os ratos são o seu melhor modelo de comportamento (BANKSY, 2005, p. 97).

Ao tratar de tema relacionado a guerra, Banksy habitualmente o faz com escárnio. O que não significa uma tentativa de amenizar a sua imagem destruidora, muito pelo contrário, a mensagem do artista parece clara ao apontar quão estúpida ela mostra ser, além de ressaltar o impacto que provoca na vida de milhares de pessoas, produzindo significativos efeitos

colaterais no dia-a-dia das vítimas. Ridicularizar a guerra é uma forma de combatê-la através da arte.

Um de seus grafites mostra uma menina que, abraçada a um míssil, parece expressar um sentimento ingênuo e amoroso pelo projétil, como se este fosse o seu brinquedo favorito. Em um segundo grafite, uma criança observa, com doçura no olhar, serenidade e grande interesse, a pequena bomba introduzida no sorvete que segura, cujo pavio vai se queimando, prestes a explodir. As duas imagens foram produzidas na cidade de Brighton, na Inglaterra, nos anos de 2003 e 2004, respectivamente (ver anexos A e B). Tais intervenções podem ser interpretadas como uma crítica à condição de violência cotidiana enfrentada pelas vítimas da guerra que, de tão habitual em suas vidas, tende a se naturalizar.

A crítica ao capitalismo também está presente em muitas de suas obras. Em uma famosa foto, que se tornou um símbolo da guerra do Vietnã, da menina Kim Phuc correndo completamente nua por uma estrada, tentando se salvar após o bombardeio dos Estados Unidos ao vilarejo onde morava, Banksy realizou uma montagem na qual ela aparece correndo de mãos dadas com Mickey Mouse e Ronald Mc Donalds (ver anexo C). Em outro grafite é possível observar um menino negro, de pés descalços, agachado no chão e com o corpo encolhido em expressão de frio. Seu semblante é de desolação. Ele tem as pernas nuas e um pedaço de tecido cobre seus ombros e costas. À sua frente há uma tigela com restos de comida, ao redor do seu corpo uma nuvem de moscas e em sua cabeça uma coroa da marca de fast-food Burger King (ver anexo D). Tais obras podem ser definidas como o retrato das mazelas resultantes do sistema capitalista.

No ano de 2014 uma intervenção de Banksy, realizada na região sudeste do Reino Unido, retratava um grupo de pombos pretos mal-encarados que marchavam em direção a um pássaro verde – que os observava com expressão de surpresa – empunhando cartazes com os seguintes dizeres: "Imigrantes não são bem-vindos", "Volte para a África" e "Fique longe de nossos vermes" (ver anexo E). A obra em questão fazia evidente crítica à xenofobia, porém foi mal interpretada e julgada como ofensiva e racista. Diante disso, foi removida em pouco tempo, antes mesmo de alguém se dar conta de quem era o autor da obra. Após a remoção, as autoridades locais lamentaram ao descobrir que a autoria era de Banksy (O Globo, 2014).

Além dos grafites, Banksy costuma fazer críticas em forma de "brincadeiras". No ano de 2006, o grafiteiro introduziu um boneco encapuzado, com as mãos amarradas na frente do corpo e vestido com uniforme alaranjado, em tamanho natural, dentro da área cercada da

montanha russa (Rocky Mountain Railroad) no parque da Disneylândia, em Los Angeles (ver anexo F). O brinquedo ficou interditado por noventa minutos, até a retirada do boneco. Thierry Guetta, amigo que costumava acompanhar Banksy para fazer o registro de suas obras, foi preso pelos “seguranças do Mickey Mouse” (BANKSY, 2010) e, logo depois, solto por falta de provas que o incriminassem. Banksy trocou de roupa e conseguiu escapar sem ser descoberto. O boneco fazia alusão aos presos de Guantánamo, prisão estadunidense construída para encarcerar suspeitos de terrorismo, localizada em Cuba, muito criticada por governos e organizações humanitárias internacionais sob a acusação de violação dos direitos humanos devido ao tratamento atroz oferecido aos presos.

O artista fez ainda ácidas sátiras à arte contemporânea. Produziu versões adulteradas de famosas obras de arte e as introduziu em importantes museus. Podem ser destacados os seguintes exemplos: um quadro com a imagem de Maria segurando o menino Jesus, no qual Banksy acrescentou uma bomba presa ao corpo da criança: "Suicidas com bombas só precisam de um abraço" (Banksy, 2005, p. 166) (ver anexo G). O segundo exemplo é um famoso quadro do artista Claude Monet, intitulado Ponte japonesa. Trata-se de uma paisagem na qual pode-se observar uma ponte sobre um lago com plantas aquáticas flutuantes (ver anexo H). Nesta obra, Banksy acrescentou carrinhos de supermercado e um cone boiando no lago - "Me mostre o Monet" (BANKSY, 2005, p. 169). A respeito de tais intervenções, Banksy argumenta: "Se você quer sobreviver como grafiteiro num ambiente fechado, me parece que sua única opção é pintar sobre coisas que não lhe pertencem" (BANKSY, 2005, p. 160).

Disfarçado com chapéu, e nariz e barba falsos, o artista entrou como simples visitante e sorrateiramente afixou as obras adulteradas nas paredes do Tate Gallery, em Londres; no Louvre, em Paris; no New York Metropolitan Museum; no Brooklyn Museum; no Museum of Modern Art, em Nova York, entre outros. Tais obras ficaram expostas por um curto período de tempo, que variaram de poucas horas a alguns dias, até que foram descobertas e recolhidas. Entretanto, algumas delas foram incorporadas ao acervo e hoje fazem parte de coleções permanentes de alguns museus. Uma dessas obras pode ser observada no British Museum, em Londres. A obra permaneceu em exposição durante oito dias sem levantar suspeitas. Trata-se de um pedaço de reboco no qual foi desenhado, com o auxílio de um marcador de texto, um homem primitivo empurrando um carrinho de supermercado durante uma caçada (ver anexo – I). Segundo informações contidas na placa de identificação da obra:

Este exemplar de arte primitiva, perfeitamente preservado, data da era Pós-Catatônica e se acredita que registre um de nossos antepassados se

aventurando nas áreas de caça da periferia urbana. Sabe-se que o artista em questão criou uma obra substancial na região sudoeste da Inglaterra sob a alcunha de Banksymus Maximus. Porém, conhece-se muito pouco sobre ele. Infelizmente a maior parte desta forma de arte não sobreviveu, sendo destruída por zelosos funcionários municipais que não conseguem reconhecer mérito artístico ou valor histórico em garranchos de parede (BANKSY, 2005, p. 187).

As intervenções executadas em famosos museus pelo mundo foi o meio encontrado por Banksy para criticar o caráter elitista da arte contemporânea. Tais ações são uma forma de apropriação de um espaço, restrito a um privilegiado grupo de artistas, no qual o grafiteiro não tem vez. Talvez tenha sido uma forma de Banksy dizer que sua arte não é menos arte do que aquelas que têm permissão para estarem expostas ali.

A arte que admiramos é feita por apenas uns poucos escolhidos. Um pequeno grupo cria, promove, comercializa, exhibe e decide seu sucesso. Apenas poucas centenas de pessoas em todo o mundo têm realmente a palavra. Quando se vai a uma galeria de Arte, você é apenas um turista olhando a sala de troféus de alguns milionários (BANKSY, 2005, p.172).

Desta forma, Banksy busca o reconhecimento do grafite como uma legítima forma de arte, longe do estigma de que grafiteiros são vândalos que emporcalham as cidades.

Ao contrário do que dizem por ai, o grafite não é a mais baixa forma de arte. Embora seja necessário se esgueirar pela noite e mentir para a mãe, grafitar é, na verdade, uma das mais honestas formas de arte disponíveis. Não existe elitismo ou badalação, o grafite fica exposto nos melhores muros e paredes que a cidade tem a oferecer e ninguém fica de fora por causa do preço do ingresso. [...] Quem realmente desfigura nossos bairros são as empresas que rabiscam slogans gigantes em prédios e ônibus tentando fazer com que nos sintamos inadequados se não comprarmos seus produtos. Elas acreditam ter o direito de gritar sua mensagem na cara de todo mundo em qualquer superfície disponível, sem que ninguém tenha o direito de resposta. Bem, elas começaram a briga e a parede é a arma escolhida para revidar. (BANKSY, 2005, p. 10).

A audácia, inteligência, criatividade e bom humor de Banksy renderam grande visibilidade para o seu trabalho e o transformaram em um dos artistas anônimos mais conhecidos do mundo. Sua arte é um misto de protesto e ironia, carregado de ácidas críticas de cunho político e social. Banksy consegue provar que o grafite é um poderoso instrumento de luta e resistência, e aos poucos vai conseguindo tirar da arte de rua o pesado estigma de "sujo, insignificante e indesejável" rato das artes (BANKSY, 2005, p. 97).

E, através de sua peculiar forma de expressão, Banksy deixa em seu livro uma mensagem de estímulo ao pensamento crítico para os colegas da arte de rua: "Pense fora da caixa, pisoteie a caixa, enfie a porra de uma faca afiada nela" (BANKSY, p. 239).

O conhecimento sobre o trabalho e os traços centrais da personalidade do artista auxiliam na interpretação de sua obra. Concluída esta etapa, o tópico seguinte apresentará o conceito de violência ao qual este estudo se refere. Tal definição é imprescindível para que se possa identificar a forma como Banksy a denuncia em seus grafites.

3.2 O CONCEITO DE VIOLÊNCIA EM HANNAH ARENDT E FRANTZ FANON

O conceito de violência aqui analisado foi baseado nas obras "Os condenados da terra", de Frantz Fanon, e "Sobre a violência", de Hannah Arendt. Ambos escrevem sobre o seu tempo, em um contexto de Guerra Fria.

Fanon foi um psiquiatra e pensador francês, de raízes africanas, que produziu trabalhos inspirados nos movimentos de libertação colonial. Ele assistiu de perto o terror da guerra de independência argelina, que teve início em 1954 e se estendeu por oito anos. Tal experiência lhe serviu de inspiração para escrever, no ano de 1961, o livro "Os condenados da terra" no qual faz uma análise de como se dá o processo de descolonização mediante um levante revolucionário contra a dominação colonial e o seu impacto na psique humana. Para Fanon, independente da forma como aconteça, a descolonização terá sempre um caráter violento, seja através da violência física empregada na guerra de libertação ou de suas consequências no psicológico dos indivíduos.

Neste contexto de colonização, o opressor busca legitimação para os seus atos violentos. Partindo do pensamento de que ações como usurpar riquezas de outrem, escravizar ou matar configuram-se como crime, a violência que parte do colono contra o colonizado é justificada a partir do momento em que o indivíduo é destituído de seu caráter humano, o que também se configura como uma forma de violência.

Nossa tropa de choque recebeu a missão de transformar essa certeza abstrata em realidade: a ordem é rebaixar os habitantes do território anexado ao nível do macaco superior para justificar que o colono os trate como bestas de carga. A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho [...] Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade. A coisa é conduzida a toque de caixa, por peritos: não é de hoje que datam os "serviços psicológicos". Nem a lavagem cerebral (SARTRE, 1961 apud FANON, 1961, pp. 9-10).

Dentro desse processo de desumanização, o colonizado é ainda qualificado como uma espécie de "quintessência do mal", onde a ética e os valores não conseguem penetrar. Um ser que se mostra nocivo à sociedade e aos bons costumes.

Outra forma de violência apontada por Fanon diz respeito à segregação. O mundo colonial é compartimentado, há um território destinado ao opressor e outro ao colonizado - Para uma melhor compreensão, basta recordar o apartheid na África do Sul onde, por exemplo, escolas, hospitais, transportes públicos ou um simples banco de praça só poderiam ser utilizados pelo colonizado se fossem destinados exclusivamente a ele.

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde caixotes do lixo regurgitam sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. [...] as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado [...] é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de que. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes (FANON, pp 28-29).

E para que tal separação se sustente, para que o colonizado se mantenha obediente às ordens e não ultrapasse as barreiras que lhe foram impostas, é necessário o uso da violência. Existe um grande contraste se observarmos a forma como o poder do Estado se impõe no mundo colonial e como esse mesmo poder se impõe na metrópole. Nesta última, as forças de ordem criam, por meio de ensinamentos com base na moral, na honestidade, no respeito à ordem, entre outros, um ambiente no qual os indivíduos se tornam submissos e suscetíveis à exploração, fator que auxilia a ação dos órgãos repressores. Trata-se de uma forma dissimulada de controle social, na qual o indivíduo é induzido à sujeição.

Nas regiões coloniais, ao contrário, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de *napalm*, a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado (FANON, p. 28).

Fanon faz referência a uma violência explícita, que tem como base não apenas a agressão física, mas também a desumanização, a humilhação, a alienação, o racismo e a

segregação, uma violência que é física e também psicológica. Em Arendt, como poderá ser observado a seguir, a violência se apresenta de forma velada, exercida por meio do aparelho burocrático do Estado.

Arendt foi uma filósofa alemã que, devido a sua origem judaica e o cenário que se instaurou no país a partir de 1933 quando Hitler assumiu o poder na Alemanha, sofreu privação de direitos e perseguição, fator que a levou a abandonar a sua pátria. Estando já há alguns anos instalada na França foi presa e enviada para um campo de concentração quando o exército alemão ocupou o país. Em 1941 conseguiu escapar e partiu para o exílio nos EUA, local no qual iniciou a carreira acadêmica e permaneceu até a sua morte, em 1975. Em sua obra, Arendt critica, entre outras coisas, a política, os regimes totalitários e a violência.

A autora rebate o consenso em torno da ideia de que a violência é “a mais flagrante manifestação de poder” (ARENDR, 1994, P. 32). Na sua opinião, há uma tendência em se tomar como sinônimos os conceitos de poder e violência. Diante disso, ela faz uma distinção entre os dois.

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido” (ARENDR, 1994, p. 36).

Quando um grupo de pessoas designa alguém para agir em seu nome significa dizer que esta pessoa está no poder. Este último se baseia no apoio da maioria do grupo, não na coibição desses sujeitos. Assim sendo, quando um indivíduo impõe a sua vontade sobre a vontade dos demais essa ação pode gerar violência. Para Arendt, a violência se distingue por seu caráter instrumental. “Os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possa substituí-lo” (ARENDR, 1994, p. 37).

Por conseguinte, é importante ressaltar que o poder institucionalizado em uma unidade social aparece com frequência sob a forma de autoridade. Esta última é definida pelo “reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedçam; nem a coerção nem a persuasão são necessários. [...] Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo” (ARENDR, 1994, p. 37).

A combinação entre poder e violência sempre se tratou de algo comum, entretanto, Arendt faz algumas ressalvas.

Jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência. Mesmo o domínio totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder [...] Apenas o desenvolvimento de soldados-robôs, que, como antes mencionados, eliminaria por completo o fator humano e, presumivelmente, permitiria a um homem destruir quem quer que desejasse apenas apertando um botão, poderia mudar essa ascendência fundamental do poder sobre a violência (ARENDDT, 1994, p. 40).

Assim sendo, o poder nasce da convivência e da cooperação entre os indivíduos. A violência destrói o poder, pois elimina essas duas coisas. “Do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDDT, 1994, p. 42). “É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e este apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência” (ARENDDT, 1994, p. 34).

Arendt lembra ainda que a violência, como se trata de um meio, precisa de justificativas para o fim almejado; já o poder não requer explicações, visto que é inerente às comunidades políticas, precisa apenas de legitimidade, e esta deriva do apoio. “A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro” (ARENDDT, 1994, p. 41).

Posto isso, observemos que o suposto poder exercido pelo Estado israelense sobre a população palestina se converte em violência, visto que não há, por parte desta população, manifestação de apoio às ações exercidas por Israel, também não há participação dessas pessoas nas decisões que envolvem o território. O que se observa é uma conjuntura de dominação de um povo sobre o outro, fator gerador de uma série de conflitos e de uma obstinada resistência por parte dos palestinos.

Markdisi observa que a criação de dois Estados Nacionais, condição necessária para a resolução do conflito,

foi sistematicamente sabotada e impossibilitada, por várias décadas, pelas políticas israelenses. [...] a ideia de que Israel teria qualquer interesse em compartilhar (ainda que de modo desigual) o território da Palestina histórica com os palestinos desaba diante do que está acontecendo em Jerusalém. [...] para que a criação de dois Estados tenha alguma chance de sucesso, Jerusalém teria que ser, necessariamente, compartilhada pelos dois povos. Mas o processo em curso em Jerusalém tem tornado impossível, de forma intencional, essa vida em comum. O que vemos na cidade não é uma lógica de separação — muito menos uma lógica de igualdade — mas, sim, uma política metodicamente implementada de erradicação de um povo e sua substituição por outro. Essa lógica é posta em prática em dois níveis: o geográfico (envolvendo a reorganização do espaço social) e o burocrático (envolvendo o status e os direitos de habitação de indivíduos e famílias) (MAKDISI, 2010, p. 181-182).

O processo de anexação ilegal de terras foi esquematizado por planejadores israelenses de maneira a separar as casas e os habitantes de suas plantações de oliva, pomares e pastagens, ficando cada um desses de um lado da divisa. “O delineamento dos limites municipais da cidade a partir de 1967 foi explicitamente concebido para incorporar ‘o máximo de espaço vazio e o mínimo de árabes’” (BENVENISTI, 1996 apud MAKDISI, 2010, p. 183).

Desse fato resulta que, em alguns dos territórios anexados por Israel, seus moradores passaram a ser considerados ilegais pela lei israelense. A exemplo da cidade de Numan que foi anexada à Jerusalém, mas seus habitantes continuaram sendo considerados residentes da Cisjordânia. Daí resulta que essas pessoas vivem em constante ameaça de expulsão de suas casas, além de não terem direito aos serviços públicos prestados por Israel. Sendo assim, necessidades nas áreas de saúde, educação e abastecimento de água liga esses indivíduos à Cisjordânia, mas, como se encontram em território anexado por Israel, esses serviços são considerados ilegais e sujeitos à interdição. Sem falar que, nesse processo de anexação de territórios, a construção do muro resultou na separação de muitas famílias.

A barreira possui doze portões de acesso à Jerusalém, dos quais apenas quatro estão disponíveis aos moradores da Cisjordânia, entretanto estes ainda precisam conseguir autorização do governo israelense para entrarem em Jerusalém, tarefa nada fácil de ser realizada – para os poucos palestinos que conseguem tal autorização a travessia pode levar em torno de duas horas, em qualquer direção. “Na verdade, toda uma geração de palestinos da Cisjordânia jamais viu Jerusalém ou os territórios sagrados de suas religiões (incluindo a Igreja do Santo Sepulcro e a Cúpula da Rocha) ” (MAKDISI, 2010, p. 184). É importante ressaltar que configura-se como violação do direito internacional a postura israelense de negar o acesso desses indivíduos aos seus locais de culto e a liberdade de ir e vir dentro dos territórios ocupados. Em contrapartida, os judeus podem transitar livremente por quaisquer dos territórios. Ou seja,

tratar hoje da questão do controle exercido por Israel sobre o trabalho dos palestinos e da Palestina ocupada significa analisar os meios administrativos e jurídicos, os preceitos filosóficos e mesmo religiosos, assim como os demais artifícios que fundamentam a desigualdade dos povos diante da lei – aplicada constantemente em detrimento do palestino, esteja ele onde estiver, face ao israelense, cuja cidadania atua eventualmente para garantir-lhe a impunidade. A menos que se trate de um árabe israelense, submetido por já mais de vinte anos a um “passe para circular”, aos toques de recolher e à imposição quanto ao lugar de residência, sempre sob o risco de ver suas terras confiscadas (MONTENEGRO, P. 137).

Diante do que foi exposto acima, é possível observar que a situação enfrentada pela população palestina é semelhante à condição de colônia descrita e criticada por Fanon. Uma violência que se manifesta na negação de sua existência, no cerceamento do direito de ir e vir desses indivíduos pelo seu território, na redução de sua população – que em sua maioria encontra-se refugiada –, na segregação dentro do seu próprio território, na humilhação, no silenciamento e no confinamento que lhes são impostos.

Ao defender a alegação de que Jerusalém é uma cidade judaica, Israel revogou o direito de habitação dos palestinos; expulsou-os à força de Jerusalém; negou seus pedidos de unificação de famílias; recusou-se a registrar o nascimento dos seus filhos; elaborou leis para forçar os filhos a abandonarem os pais, se mudando aos 18 anos para a Cisjordânia; construiu um muro para forçá-los a escolher entre o seu trabalho na Cisjordânia e a sua casa em Jerusalém ou vice-versa; e fez com que enfrentassem as maiores dificuldades possíveis para construir suas casas sobre a terra em Jerusalém que pertenceu às suas famílias por inúmeras gerações (MAKDISI, p. 192).

As justificativas para tal violência estão pautadas na questão da segurança contra ataques terroristas por parte dos palestinos. Entretanto, é contraditório observar que, com a construção do muro, houve um aumento das colônias judaicas na região de concentração da população palestina. Ou seja, se a justificativa dessas ações tem a ver com a segurança, não faz sentido o estado de Israel submeter esses judeus a tamanho risco. Nesse sentido, o governo israelense estaria negligenciando a segurança dessas pessoas? A realidade é que

A judaização de Jerusalém é um exercício cínico de engenharia social”, afirma John Dugard, ex-Relator Especial sobre Direitos Humanos da ONU. [...] O que está em jogo aqui, evidentemente, é o desejo de Israel consolidar a sua alegação de que Jerusalém é, conforme o slogan oficial do governo de Israel, “a capital eterna e indivisível do povo judeu”. O processo de consolidação da reivindicação judaica de Jerusalém exclui, por sua própria natureza, a reivindicação palestina pela cidade, e encerra a questão de que a cidade poderia ser partilhada igualmente por dois Estados separados (MAKDISI, p. 192-193).

Enfim, para Arendt, “A violência não promove causas, nem história ou revolução, nem progresso ou reação, mas pode servir para dramatizar os sentimentos e trazê-los à atenção pública” (ARENDR, 1994).

Definido o conceito de violência ao qual este trabalho faz referência, a etapa seguinte busca analisar os grafites de Banksy identificando a forma mediante a qual eles cumprem a função de denunciar tal violência. Para tanto, foi necessário conhecer um pouco sobre esta arte e sobre os procedimentos empregados para a decodificação de seus signos.

3.3 O CARÁTER DENUNCIATIVO DOS GRAFITES DE BANKSY

De acordo com Silva-e-Silva, grafite e pichação são formas distintas de intervenção, embora existam autores que defendam uma relação de equivalência e complementaridade entre estes. Para o autor, a pichação não é considerada como um tipo de arte, visto que sua ação é reduzida a simples rabiscos desprovidos de estética, nos quais não existe uma mensagem a ser passada ao observador, ou seja, não produz comunicação. Ao contrário do grafite, que se caracteriza pela criatividade do artista, pela beleza de suas formas e cores e por sua capacidade de comunicar. Este pode conter apenas imagem, apenas texto ou uma combinação dos dois. Em sua definição, o grafite se traduz como

uma arte gráfica, uma comunicação visual que faz circular mensagens através de símbolos e letras elaborados a partir de um repertório simbólico que, segundo a vontade do autor, tanto pode ser comum à sociedade, como restrita a pequenos grupos de sujeitos (Silva-e-Silva, p. 12).

O termo 'grafite' engloba em si dois conceitos: grafite e grafite hip-hop. O grafite desvinculado do hip-hop apresenta traços hesitantes, com irregularidade e imprecisão; possuem pouca técnica e menos elaboração; e suas cores são menos vibrantes. Em contrapartida, o grafite hip-hop, tipo realizado por Banksy, apresenta resultado plástico superior por ser produzido de forma mais complexa. São imagens de grandes dimensões, permitindo a sua visualização à longa distância, e cores fortes, vibrantes e contrastantes. Algumas possuem perspectiva tridimensional. E existem ainda os que apresentam quatro dimensões, combinando altura, largura, profundidade e tempo, dando a impressão de movimento à imagem.

O grafite hip-hop possui forte vínculo com o movimento cultural hip-hop. E a partir do momento no qual o artista assimila a ideologia do movimento ele absorve uma identidade cultural. Entretanto, isso não anula a sua individualidade, muito pelo contrário, o artista passa a ter ao alcance das mãos uma ferramenta de contracultura que o instiga a ter uma atitude de enfrentamento às situações com as quais se depara.

A combinação entre arte e ideologia, presente no grafite hip-hop, deu origem aos estilos Throw-up, Wild, 3-D, e Free Style, que são responsáveis pela alta qualidade estética apresentada – já os demais tipos de grafite não possuem um estilo que os caracterize. Seu caráter é contestatório, os temas mais recorrentes são: paz e violência, desigualdade social, religiosidade, a mulher e a midiaticização.

O movimento cultural hip-hop surgiu nos subúrbios de Nova Iorque, locais de concentração de negros e latinos, no final dos anos de 1960. Lugares de pobreza extrema, onde

a violência, o racismo e o tráfico de drogas estão sempre presentes. Um ambiente repleto de confrontos entre gangues rivais armadas por disputas territoriais. O hip-hop incorpora o rap, o grafite e um estilo de dança de rua denominado breakdance.

Num dado momento as gangues começam a encontrar na arte uma forma de canalizar a violência 'de seu mundo', passam, então, a frequentar festas e dançar Break. A dança passa a ter, então, para estes grupos, a função de substituir as armas-de-assalto. O dono do pedaço que era escolhido através do confronto armado, agora é escolhido através de competições de dança (SILVA-E-SILVA, p. 34).

O movimento pode ser definido como um instrumento de contestação política e social que se traduz como um misto de cultura, arte e política. Sua ideologia prega a não-violência, a arma de combate é a palavra. A mobilização do grupo se estabelece através da troca de ideias.

Sua arte apresentou-se como uma renovada forma de expressão política, instituindo-se em um novo *locus* público. Os jovens, por meio dessa arte (através do *rap*, do *break*, do grafite, do trabalho dos *Dj's* e *Mc's*), apropriam-se de modo simbólico do espaço urbano, tanto das ruas da periferia como dos espaços nobres e centrais das cidades, e tentam interpretar e entender os problemas localizados na estrutura social, trazendo questões políticas para a esfera pública. Promovem uma crítica à ordem social, a criminalização da periferia e dos jovens pobres, à mídia e à violência diária em suas várias formas. Desejam retratar a realidade do país, os preconceitos e os privilégios que pautam as relações dentro da estrutura social, discutindo a situação política da cidade e denunciando seus problemas (LOURENÇO, 2010).

É importante ter em mente que, embora o grafite hip-hop tenha vínculo com tal movimento, essa conexão não se trata de simples apropriação de um pelo outro, mas de uma substancial transformação ocorrida na forma de fazer grafite após seu contato com a ideologia do movimento hip-hop. Surge a partir de então uma nova vertente do grafite, com características bem distintas da anterior.

O marco considerado como o apogeu do grafite em âmbito mundial ocorreu em 1968, com destaque na França. Foi um ano marcado por uma série de movimentos de mobilização e contestação social em diversos países pelo mundo, tais como a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA, protestos contra o assassinato de Martin Luther King, contra a guerra do Vietnã, que gerou descontentamentos tanto nos EUA quanto na Europa, entre outros. Na França houve uma grande onda de protestos que envolveram, em sua maioria, estudantes e trabalhadores revoltados com a situação socioeconômica do país. As ruas de Paris viraram campos de batalha. Tais acontecimentos chegaram a abalar o governo do presidente da época, Charles De Gaulle. Neste contexto, "Os graffitis serviram para registrar na cidade tal descontentamento, foi uma possibilidade que as pessoas envolvidas nos protestos encontraram

para reconhecer e demarcar as recusas e expectativas do movimento" (SILVA-E-SILVA, p. 14).

Algo que deve ser ressaltado, é que nem sempre a mensagem incutida no grafite está acessível a qualquer espectador que deseje interpretá-la, muitas vezes o diálogo é dirigido exclusivamente a outros grafiteiros.

Alguns grafites são postos perante o observador comum como imagens e formas sem sentido aparente, totalmente nebuloso, mas, no entanto, encerram um saber simbólico oculto, conhecido e partilhado somente pelos escritores urbanos. De outra maneira, existem inscrições cujos sentidos transcendem os muros, chegando a qualquer observador (SILVA-E-SILVA, p. 59).

As obras de Banksy dialogam diretamente com o público. E ainda que a sua mensagem não se apresente de maneira totalmente explícita - o que, aliás, é uma característica comum desse tipo de arte - em hipótese alguma faltará um convite à reflexão. Principalmente pelo fato do grafite ter o seu campo de atuação na micro-história, ou seja, ele aborda temáticas que tratam da vida cotidiana dos indivíduos, fator que promove o aumento da empatia do observador em relação à crítica presente no grafite. Segundo Valenzuela, eles oferecem ao espectador uma visão alternativa aos modelos políticos, prioridades e perspectivas hegemônicas.

O graffiti é uma forma de enfrentamento. Um instrumento contracultural, que nos apresenta duas faces da mesma moeda, ora num momento ataca de forma direta com críticas claras e objetivas, as mais variadas esferas do poder econômico, social ou político, e, noutro momento, ataca indiretamente, com zombaria. Uma comunicação visual inclinada fortemente a explorar a prática da sedução estética, ou seja, a sedução através do investimento no sensível – luzes, cores e formas (Silva-e-Silva, p. 12-13).

O grafite estabelece um discurso que quebra a hegemonia das elites no controle do imaginário social. Em outras palavras, revela uma realidade que se encontra constantemente maquiada em prol dos interesses das classes dominantes. Sua mensagem é transmitida através de símbolos, e é essa linguagem que será analisada a seguir.

Para tal iniciativa, torna-se imprescindível a utilização de procedimentos que permitam a leitura do material iconográfico. Neste estudo será utilizado o método da Análise Automática do Discurso, de Pêcheux, no qual se busca avaliar não apenas o que está aparente, mas também o que se encontra nas entrelinhas do objeto que está sendo examinado. Trata-se de uma análise baseada nos estímulos produzidos no observador, e nela não há uma verdade a ser interpretada, o que existe é a percepção coerente sobre aquilo que está sendo comunicado. A análise do discurso considera a imagem como um discurso, estando ela acompanhada ou não de um texto.

O estudo do material referente ao conflito israelo-palestino serviu como base para a compreensão do contexto no qual o muro foi construído, permitindo elucidar as motivações, justificativas e implicações desta ação. Tal conhecimento viabiliza a interpretação das mensagens incutidas nos grafites a partir da sua articulação com este contexto, tendo como suporte o método de Pêcheux combinado à simbologia do grafite, presente na obra de Silva-e-Silva. Ao se fazer a conversão da mensagem codificada em linguagem inteligível torna-se viável a sua interpretação e a identificação das características que permitem ao grafite atuar como veículo denunciativo.

A construção do muro da Cisjordânia teve início no ano de 2002 e, a partir de então, o local passou a receber visitas de grafiteiros vindos de várias partes do mundo para deixar lá as suas mensagens de protesto contra a situação na qual se encontram os palestinos que habitam o território. Entre estes grafiteiros encontra-se Banksy.

As amostras fotográficas dos grafites que serão analisados a seguir estão registradas no livro *Guerra e spray*, cuja autoria é atribuída a Banksy. Neste trabalho serão analisadas seis das nove imagens produzidas por Banksy no muro da Cisjordânia.

A figura 6 apresenta um dos mais conhecidos grafites de Banksy: uma menina com tranças no cabelo, suspensa no ar por um feixe de balões, que parece ir flutuando em direção ao topo do muro.

Figura 6 – Grafite menina com Balões



Fonte: Banksy, 2005, p. 141

Segundo Silva-e-Silva, as cores possuem funções e emitem sentido. Elas apresentam valores simbólicos que permitem a construção de uma linguagem. O autor revela que, de modo geral, existe algo importante por trás das imagens produzidas em preto e branco. Desta forma, a cor preta, presente no grafite acima, parece querer dar ênfase à mensagem que está sendo transmitida.

Nesta obra pode-se presumir que o artista está fazendo menção à liberdade. E, diante da conjuntura local, a imagem poderia ser interpretada como a fuga da menina do ambiente hostil no qual se encontra. Esta figura poderia remeter a uma inocente representação lúdica caso o contexto no qual está inserida a obra fosse outro - daí deriva a necessidade de articulação da imagem com a realidade do seu entorno. A figura mostra a intenção do artista em ressaltar a necessidade de sobrepujar a barreira que limita e condiciona a vida da população palestina.

A mesma mensagem de clamor por liberdade pode ser observada na figura 7: uma escada desenhada em linhas tortas, que dá acesso ao topo do muro. O desenhista pode ser observado na parte inferior da escada, terminando de pintar os últimos degraus. Ele tem um

pincel nas mãos e um sorriso nos lábios, como se festejasse o grande valor da sua obra: uma escada que o levará para o outro lado do muro, rumo à liberdade.

Figura 7 – Grafite menino pintor



Fonte: Banksy, 2005, p. 146

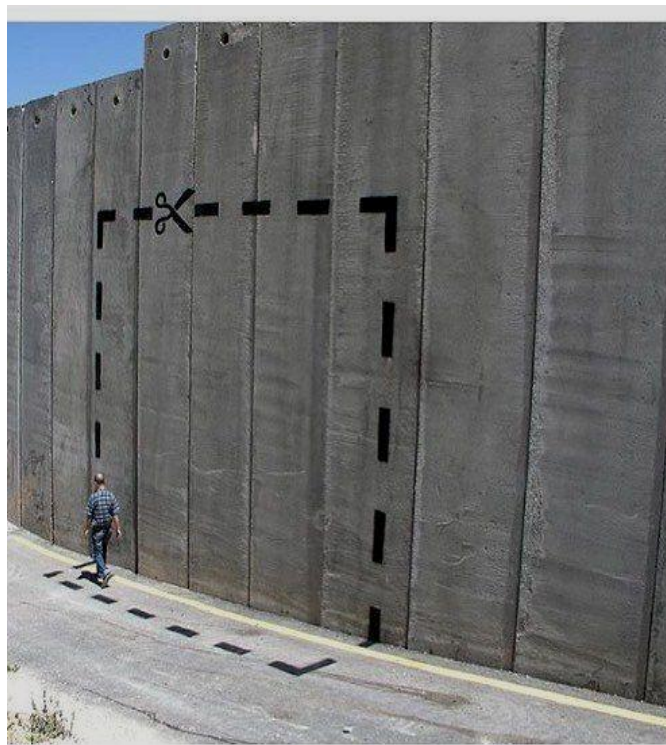
As linhas mal traçadas lembram desenhos infantis. A baixa estatura do desenhista leva a crer que se trata de uma criança. É importante observar que a imagem da criança é elemento frequente nos grafites que Banksy produziu na Palestina. Elas aparecem sempre desacompanhadas de um adulto. Talvez possamos imaginar que o artista tenha tido a intenção de associá-las à ideia de abandono que, neste caso, estaria representando a população palestina.

Por conseguinte, a imagem da escada por si só pressupõe a ideia de ascensão. Nesta perspectiva, assim como na figura 6, o autor faz referência à liberdade. Ele se utiliza desta representação para compor um sentido: elevar-se para transpor a barreira.

Outro elemento importante a ser observado nessa interpretação é a cor cinza presente no preenchimento da imagem da criança. Segundo Silva-e-Silva, tal cor representa algo negativo: é o símbolo da morbidez, da ausência de paz e de amor. Características que colaboram ainda mais para a ideia de abandono.

A figura 8 mostra uma linha tracejada, em formato quadrangular, na qual se pode observar, na parte superior central, o desenho de uma pequena tesoura. Trata-se do símbolo universal do "corte aqui", comumente encontrado nas embalagens de diversos produtos que são comercializados. Por conter um símbolo que é comum à maioria das pessoas, a leitura deste grafite não demanda grande reflexão por parte do observador, o que permite uma assimilação imediata da mensagem.

Figura 8 – Grafite símbolo universal do corte aqui



Fonte: Banksy, 2005, p. 73

É uma imagem que, como as anteriores, evoca a necessidade de liberdade. A imagem clama pela abertura de uma passagem na barreira que impede a livre circulação dos palestinos pelo seu território. Algo curioso a ser observado é que a linha tracejada não se limita à extremidade inferior do muro, ela avança em direção ao chão abarcando uma faixa de aproximadamente um metro do solo no interior da linha. Tal invasão parece fazer referência à necessidade de partilha do território, para a fundação de dois Estados Nacionais, ação entendida como a única possível capaz de pôr fim ao conflito.

A figura 9 apresenta a imagem de um cavalo cujas únicas partes visíveis são a cabeça e as patas, que surgem através de dois pequenos quadrados desenhados no muro. O fundo escuro, na parte posterior da cabeça e das patas, leva a crer que não há saída do outro lado do muro,

característica que torna inequívoca a condição de aprisionamento do animal. Nesse cenário, parece clara a mensagem do autor no que tange à ideia de prisão representada pelo muro.

Figura 9 – Grafite cavalo



Fonte: Banksy, 2005, p. 147

Outro aspecto que merece observação é a distância existente entre a cabeça do animal e as patas, o que dá a impressão de alongamento das pernas, formando a imagem de um cavalo de dimensão fora do comum. O artista parece querer chamar atenção para a altura descomunal da muralha, o que a torna intransponível e reforça ainda mais a ideia de prisão associada a ela. Em alguns trechos chega a medir oito metros de altura - o que representa o dobro da medida do muro de Berlim, que possuía em média 3,6 metros de altura, chegando ao máximo de 4,2 metros em alguns pontos.

As figuras 10 e 11 apresentam muitas características em comum. Ambas possuem crianças brincando com baldes e pás, que lembram kits infantis de praia. O desenho no muro dá a ilusão de que é possível enxergar o que existe do outro lado: na figura 10 há um lugar paradisíaco no qual se pode observar o céu limpo, uma praia, o mar azul e vários coqueiros que se curvam sobre a faixa de areia, e na figura 11 há um céu azul com várias nuvens. Cenários que despertam a sensação de plena harmonia.

Figura 10 – Grafite vista através do muro (paisagem)



Fonte: Banksy, 2005, p. 140

Figura 11 – Grafite vista através do muro (céu azul)



Fonte: Banksy, 2005, p. 143

As belas paisagens contrastam com o cenário hostil de quem habita o “lado oposto”. Novamente a imagem da criança aparece preenchida na cor cinza que, como já foi referido anteriormente neste trabalho, remete a algo negativo. E, ainda que o observador comum não compreenda a simbologia das cores, o sentimento de desolação chega até ele ao contemplar uma imagem sombria, pois essa apatia na cor da figura tem um objetivo, transmite uma mensagem, suscita emoções e reações no espectador - e ainda que tal estímulo seja uma simples indagação sobre o porquê desse cenário cinza do "lado de cá do muro", isso já é um indicativo de que a mensagem chegou até ele, pois o contraste o afetou e poderá gerar algum tipo de reflexão, ou seja, o grafite cumpriu a sua função de comunicar.

Tanto na figura 10 quanto na 11, o único elemento que destoa do lado onde se encontra a paisagem cinzenta é o balde amarelo, o restante possui contorno preto e preenchimento cinza, inclusive um dos baldes da figura 10. O amarelo está presente na bandeira nacional da Jamaica. "O país está ligado ao imaginário social do grafiteiro por causa do reggae, (estilo musical originado neste país pelo cantor Bob Marley), cujo cerne de sua ideologia é a promoção da paz" (SILVA-E-SILVA, p. 72). Banksy contrapõe a paisagem de avivadas cores ao cenário cinzento, como se quisesse destacar os opostos polares entre a opulência de Israel e a miséria palestina.

Embora possa parecer inviável que um observador comum seja capaz de atentar a tantos detalhes em uma imagem, é importante perceber que, nos grafites aqui analisados, a mensagem principal se mostra sempre com muita clareza: o muro representa um estorvo na vida das pessoas que ocupam aquele território. E, assim como aconteceu com o muro de Berlim, ele precisa ser tombado.

A questão é que o muro da Cisjordânia se traduz como ferramenta chave para a prática das mais variadas formas de violência exercidas contra a população palestina. Os israelenses o chamam de cerca de segurança, para os palestinos é o muro da segregação, que tem como único propósito a expropriação de suas terras.

Esse muro é um elemento que causa um transtorno tão grande na vida dos civis palestinos que apenas acrescenta o ódio, e o ódio é a principal razão da violência. [...] O muro, em sua grande parte, não separa israelenses de palestinos, mas sim palestinos de palestinos. O muro separa agricultores de suas terras, doentes dos hospitais, alunos de escolas, familiares de seus parentes". (FLINT, 2014).

Este capítulo analisou a questão palestina sob um ponto de vista que permite enxergar de fora para dentro, por meio dos grafites de Banksy. O artista não está inserido no conflito, mas observa e denuncia as suas injustiças. O capítulo seguinte permitirá uma visão interna, dará

voz a quem vive o conflito no seu cotidiano – a população palestina. O relato de Sacco é baseado em seu diário de viagem pelos territórios palestinos ocupados por Israel, e nele constam entrevistas com moradores e também suas próprias vivências em meio ao conflito enquanto esteve na região. Estudar o conflito por estes dois ângulos foi enriquecedor para o desenvolvimento deste trabalho.

4 IMPRESSÕES SOBRE A PALESTINA, NA VISÃO DE JOE SACCO

Neste capítulo será analisada a obra *Palestina*, de Joe Sacco. Assim como os grafites de Banksy, os quadrinhos de Sacco possuem um conteúdo que denuncia o caráter violento das medidas adotadas pelo Estado israelense, em nome de uma suposta manutenção da segurança, contra a população palestina que habita o território. Este capítulo busca identificar e dar relevo a tais denúncias.

Joe Sacco é jornalista e autor de histórias em quadrinhos (HQ). Nasceu em 1960, em Malta, país que se localiza na região sul da Europa – arquipélago situado no Mar Mediterrâneo, próximo à Itália. Aos doze anos de idade mudou-se com a família para os Estados Unidos e lá formou-se em jornalismo, pela Universidade de Oregon, no ano de 1981. Entretanto, não atuou na área, passou a trabalhar na produção de quadrinhos de humor na segunda metade dos anos 1980.

O início da reaproximação de Sacco com o jornalismo ocorreu a partir de seu interesse por histórias de guerras. Sua primeira HQ relacionada ao tema foi “Quando bombas boas acontecem a pessoas más”, quadrinhos, em formato histórico-jornalístico, que tratam do bombardeio britânico sobre a Alemanha no período da Segunda Guerra Mundial. Em seguida, publicou “Mais mulheres, mais crianças, mais rápido”, inspirado nas memórias de sua mãe sobre o bombardeio italiano à ilha de Malta, comandado pelo governo fascista de Benito Mussolini.

No entanto, seu primeiro trabalho considerado jornalismo em quadrinhos foi “Palestina”. Sacco foi pioneiro na arte deste gênero jornalístico. Originalmente foi lançada uma série de nove gibis, que, mais tarde, foi compilada em dois livros: “Palestina: uma nação ocupada” (Ganhador dos prêmios American Book Award, em 1996, e HQ Mix de melhor Graphic Novel Estrangeira, em 2000) e “Palestina: na faixa de Gaza”. Cada gibi passou a compreender um capítulo da obra, dividida em dois volumes. Atualmente existe uma série especial, com capa dura, que reúne os dois volumes sob o título: *Palestina*.

Trata-se de uma obra essencialmente elaborada com base em entrevistas realizadas com moradores da região e em experiências vividas pelo autor durante sua viagem, de dois meses, pelos territórios palestinos de Jerusalém, Cisjordânia e Gaza, ocorrida entre o final de 1991 e início de 1992, no período da Primeira Intifada. Ou seja, o trabalho de Sacco proporciona ao leitor uma visão do conflito a partir do ponto de vista da população que vive nos territórios ocupados. Para tanto, compartilhou com estes indivíduos suas experiências diárias durante todo o período no qual esteve visitando a região. Conversou com desconhecidos nas ruas, esteve em hospitais, escolas, e visitou, entrevistou e se hospedou na casa de moradores dos campos de refugiados. Testemunhou conflitos entre judeus e palestinos, experimentou bombas de gás lacrimogêneo, toques de recolher, falta de luz e foi obrigado a transitar por ruas cobertas de lama e lixo. Mas também pôde contar com a hospitalidade do povo palestino, que o recebia em suas casas e sempre lhe oferecia chá, comida, uma boa conversa e, até mesmo, uma muda de roupa para se trocar quando as suas estavam todas sujas devido à escassez de água no local – mas essa última ele recusou, achou que seria abuso de hospitalidade aceitar.

Sacco transforma a si mesmo em personagem da história e, desta forma, vai relatando suas experiências na interação com os moradores da região. As ilustrações dos gibis foram produzidas a partir de fotografias tiradas por Sacco no momento em que realizava as entrevistas, fator que proporciona uma visão contundente da vida das pessoas que habitam os territórios ocupados. Além disso, é interessante notar que os quadrinhos de Sacco não possuem a plástica padrão que normalmente se observa nos gibis: imagens que fogem da realidade e repletas de cores. Em Palestina, os rostos dos personagens são desenhados com feições muito próximas das características humanas, certamente para poder expressar sentimentos através das imagens. As expressões faciais são sofridas, em especial nos idosos. E as crianças são retratadas com rostos bem amadurecidos, parecem pequenos adultos. Neste ponto, talvez o autor queira exprimir a perda da infância devido a dura vida que levam. Quanto às cores, há apenas o preto e branco. Parece ser uma forma de realçar a hostilidade do lugar e a dor das pessoas. Em sua obra, Sacco consegue retratar os palestinos como eles realmente são, sem construir estereótipos.

O autor inicia sua série de entrevistas no território palestino pela cidade de Nablus, localizada na Cisjordânia. O primeiro palestino com o qual Sacco conversa quer que ele conheça um pouco sobre as histórias de vida de alguns companheiros seus. Todos têm históricos de familiares que estão presos ou já estiveram, ou que foram mortos por soldados israelenses - isso é algo muito comum na vida de árabes que residem na Palestina.

Tais prisões podem ocorrer pelos mais variados motivos, que vão desde o lançamento de pedras e coquetéis molotov contra os soldados, ou simples queixas feitas por palestinos a algum visitante - sobre as ações violentas praticadas contra eles -, até meras suspeitas vazias por parte do governo israelense, são as chamadas “detenções administrativas”, ou seja, quando não existe uma acusação formal contra o preso, a prisão ocorre sem que haja julgamento. Sua duração é de seis meses, com renovação automática por tempo indeterminado. Entre os presos, encontram-se médicos, professores, advogados e jornalistas.

Segundo Sacco, a soma de detenções, apenas nos quatro anos iniciais da Primeira Intifada (1987-1993), foi de 90.000 palestinos. A maior prisão israelense, chamada “Ansar III”, foi construída em 1988, especificamente para atender a demanda de prisões durante esse conflito.

De acordo com relatos de ex-detentos, as condições dos presídios são precárias: superlotação nas celas, falta de ventilação, escassez de água, dieta pobre em nutrientes, cuidados médicos insuficientes, agressões e humilhações por parte dos soldados israelenses.

Crianças também integram a lista de presos palestinos, incluindo as menores de seis anos de idade. Suas prisões incidem sobre participações em atos públicos, sob acusação de arremessarem pedras contra soldados israelenses, ação que configura crime de acordo com a Ordem Militar 1651, ou quando suas casas são invadidas, no meio da madrugada, por militares armados que as levam presas.

“As crianças são levadas para a prisão sozinhas. Nenhum parente ou pessoa próxima pode acompanhá-las. Chegando lá, iniciam-se os interrogatórios e as torturas físicas e psicológicas. Abusos sexuais acontecem com frequência [...] O Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, Richard Falk, vem denunciando há alguns anos que as prisões e ‘o uso por Israel de confinamento solitário contra crianças viola flagrantemente os padrões internacionais de direitos humanos’. E diz mais: ‘As condições carcerárias são geralmente deploráveis, obrigando as crianças a dormirem no chão ou em camas de concreto em celas sem janelas’. Em Gaza, lhes são negadas as visitas de parentes e advogados, isolando as crianças [...] Elas são confinadas, em média, de 1 a 24 dias (BENTO; TENÓRIO, 2018).

Todo palestino, maior de dezesseis anos, precisa possuir um cartão de identidade. Os de cor laranja indicam situação normal e os de cor verde designam os que já estiveram na prisão. Desta forma, indivíduos que possuam cartão verde não conseguem autorização para entrar em Israel e, conseqüentemente, têm maiores dificuldades para conseguirem emprego, visto que lá

se encontra a maior parte das oportunidades de trabalho. Nos territórios ocupados não há vagas suficientes para atender a demanda da população árabe local, os que conseguem trabalho fora

são parte da mão-de-obra barata conveniente para Israel. Israel dá as cartas na economia e faz regras sem seu próprio favor, como aconteceu quando o ministro da Defesa, Rabin, disse em 1958: ‘Nenhuma permissão será dada para o desenvolvimento de agricultura ou indústria (nos territórios ocupados) que possa competir com o Estado de Israel (SACCO, 2000, p. 44).

Israel exerce total controle sobre o setor agrícola palestino. Agricultores árabes, residentes nos territórios ocupados, queixam-se com Sacco sobre a burocracia enfrentada e os elevados impostos para o transporte de seus produtos – em um curto trajeto, de Gaza para a Cisjordânia, são cobradas seis autorizações distintas –. Para os produtos, as autorizações precisam ser pagas previamente. Os que exportam para a Europa pagam o dobro do preço do frete aéreo que é cobrado a um agricultor judeu.

Há ainda o controle de Israel sobre os recursos hídricos palestinos. Na Cisjordânia, apenas 17% da água é destinada à população árabe, o restante é desviado para o abastecimento de Israel e dos assentamentos judeus. Os poços rasos utilizados pela população palestina apresentam alto nível de salinidade, fator que, além de comprometer a saúde dessas pessoas, prejudica a agricultura árabe. Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas para o cultivo, um agricultor palestino mostra a Sacco, orgulhoso, a boa qualidade de seus tomates. Ele explica que o alimento será exportado para a Europa, mas precisa ser embarcado em Israel. Porém, os israelenses deixam os produtos palestinos durante dias esperando no aeroporto para serem enviados à Europa, e só o fazem após seus próprios produtos terem seguido viagem. Tal prática acarreta prejuízos aos agricultores e abala a reputação de seus produtos, visto que, frequentemente, a mercadoria chega deteriorada na Europa. Existe ainda a prática de etiquetar esses tomates palestinos com a inscrição “produto de Israel”, e, neste caso, eles são embarcados imediatamente para a exportação, ao contrário dos mesmos tomates etiquetados com o nome de Gaza. Tal situação aborrece os árabes, e os israelenses aproveitam-se da falsa rotulagem dos produtos para aumentar o prestígio da sua produção.

Além da agricultura, muitas famílias palestinas vivem da exploração de oliveiras. Sacco visita um vilarejo no qual há árvores destruídas por toda parte. Soldados israelenses as cortam como forma de punição aos palestinos (vale lembrar que 120 mil foram cortadas apenas nos quatro primeiros anos da Intifada, parte delas por motivo de construção de estradas para o acesso de colonos judeus a Israel). Uma oliveira precisa de muitos anos para se tornar adulta.

Um senhor árabe, morador da região, conta que dezessete das suas árvores foram cortadas, algumas delas centenárias.

A oliveira é nossa principal fonte de sobrevivência. Nós usamos o óleo para nossa comida e compramos nossas roupas com o óleo que vendemos. [...] Aqui não temos nada além das árvores, os israelenses não dão permissão às pessoas do nosso vilarejo para trabalhar em Israel (SACCO, 2000, p. 62).

Em muitos casos, o próprio dono da árvore é obrigado a cortá-las enquanto soldados israelenses assistem a cena. Os judeus sabem da forte ligação entre os palestinos e suas oliveiras. Um senhor palestino conta a Sacco o que sentiu ao ter que cortar suas próprias árvores: “Eu estava chorando. Senti como se estivesse matando um filho” (SACCO, 2000, p. 62).

Além dos problemas relacionados às prisões, falta de emprego e dificuldades encontradas para se manter um negócio que sustente a família, as condições de moradia são outro ponto que chama atenção, especialmente se tratando dos campos de refugiados em Gaza. A figura 12 mostra ruas cobertas de lama, caçambas transbordando lixo, carros velhos abandonados e uma superpopulação vivendo em um amontoado de casas bem simples cobertas com telhas de amianto, que são presas por pequenos blocos de concreto que as impedem de voar durante as tempestades. Homens enchem carroças, pessoas transitam de um lado para o outro e crianças brincam pelas ruas, como se tal situação fosse algo já naturalizado para eles.

Figura 12 – Quadrinhos campo de refugiados



Fonte: Sacco, 2004, p. 146-147

As condições dos campos de refugiados são precárias em todo o território palestino, porém nenhum deles supera os de Gaza. Além do ambiente insalubre e da alta densidade demográfica da região (a população do campo de Yabalia, por exemplo, é a maior do planeta: em um espaço de dois quilômetros quadrados vivem sessenta e cinco mil pessoas), os habitantes são obrigados a enfrentar toques de recolher, que acontecem diariamente, das oito da noite às quatro da manhã. Indivíduos que necessitem de atendimento médico durante esse período, dependendo da gravidade do caso, acabam morrendo sem socorro, visto que em nenhuma hipótese é permitido transitar pelo território fora do horário estabelecido.

No campo de Yabalia, Sacco testemunha um corte de luz coletivo, punição aplicada por Israel quando há atraso no pagamento da conta de energia elétrica por alguns moradores. Levando-se em conta que nos territórios ocupados não há trabalho para boa parte da população, e que a maioria, em especial em Gaza, não consegue autorização para trabalhar em Israel, é possível imaginar a frequência com que esses apagões ocorrem por falta de pagamento da conta de energia e o quanto isso torna ainda mais dura a vida de quem habita a região.

Outra importante questão abordada por Sacco diz respeito às demolições de residências árabes. Nos quatro primeiros anos da Intifada 1250 famílias tiveram suas casas destruídas como

punição coletiva, que normalmente ocorre quando alguém da família é preso. Uma senhora palestina, de idade bem avançada, conversa com Sacco:

Nós morávamos na casa: eu, meu filho e a esposa dele. Um mês depois dele ser preso, os soldados cercaram a casa e mandaram-nos sair. Tentamos remover os móveis imediatamente, muitos vizinhos ajudaram. Tivemos só uma hora para isso, e muitas coisas ficaram para trás. Um trator chegou. Mandaram-me entrar neste quarto e trancar a porta, e então demoliram nossa casa. Eu moro sozinha nesse quarto agora. Eles o prenderam, não deixam sua esposa voltar e só temos Deus para nos ajudar (SACCO, 2000, pp. 68-69).

Outra justificativa utilizada por Israel para a demolição de residências é a falta de permissão para construir. O governo israelense confiscou muitas terras árabes (fazendas, pastos, pomares etc.) para a construção de assentamentos judeus dentro do território palestino. Na Cisjordânia, por exemplo, dois terços do território foi desapropriado para o uso israelense. Houve ainda a anexação da cidade de Jerusalém. Com isso, a população que ficou desabrigada depende da permissão do governo de Israel para construir uma nova moradia. Permissão essa que, em sua grande maioria, é rejeitada, fator que obriga a população árabe a construir ilegalmente suas casas. Centenas delas são demolidas todos os anos. “De acordo com alguns números oficiais do governo de Israel, em 1987 e 1988 os israelenses demoliram mais casas palestinas do que permitiram que fossem construídas” (SACCO, 2000, p. 63).

Em contrapartida, judeus que desejem residir em tais assentamentos recebem incentivos do governo de Israel: “um bônus do governo para cobrir as despesas de mudança! Disponibilidade de empréstimos mais altos com juros menores! Casas mais baratas que em Israel! Sete por cento de dedução dos impostos! ” (SACCO, 2000, p. 63). A intenção de tais incentivos é aumentar a população judia que vive dentro dos territórios árabes e, desta forma, ir sufocando, a cada dia mais, a população palestina.

Além das demolições, os palestinos sofrem frequentes ataques noturnos por parte de colonos judeus às suas residências. Um palestino relata a Sacco que em um dos ataques eles chegaram em um grupo de automóveis, com cerca de quarenta pessoas. Desceram atirando para o alto, gritavam ofensas aos palestinos e, durante cerca de quinze minutos, atiraram pedras contra as residências, quebrando vidraças de janelas e portas. Ao amanhecer, havia sessenta pedras dentro da sua residência.

Meus pais estavam no quarto deles durante o ataque. Minha mãe estava quase inconsciente pelo choque. Quando comecei a falar com ela, ela não conseguiu responder. Não é só o dinheiro das janelas, e a minha mãe? E o dano psicológico? (SACCO, 2005, p. 66).

Em outra ocasião, colonos chegaram com um trator, às vinte e uma horas, com o intuito de destruir os canos de esgoto do vilarejo, e entraram em confronto com moradores. Um árabe conta que seu irmão e um primo foram baleados ao saírem para ver o que acontecia lá fora. Seu primo morreu na hora e seu irmão algum tempo depois. “Os soldados decretaram toque de recolher e nós não podíamos sair para levá-lo ao hospital. Ele estava com sua mãe e seu pai. Sangrou até morrer em três horas” (SACCO, 2000, p. 70). O colono que provocou a sua morte foi inocentado pela justiça israelense, que funciona de forma distinta para palestinos e judeus.

De dezembro de 1987 a outubro de 1991, colonos mataram 42 palestinos, e nesse tempo apenas três julgamentos foram concluídos. A pior sentença? Três anos. Por outro lado, palestinos mataram 17 colonos durante o mesmo período de tempo. Seis dos nove suspeitos capturados nesses incidentes receberam prisão perpétua. Outro recebeu vinte anos. Seis lares foram demolidos. Os últimos dois suspeitos ainda estavam sendo julgados (SACCO, 2000, p. 71).

Ao perguntar a um palestino sobre o que ele sente em relação aos colonos judeus, Sacco ouviu a seguinte resposta: “Que tipo de sentimento você teria se sua porta fosse derrubada? Seria amor? Você não se sente seguro em sua própria casa, sua própria rua. Para quem vamos reclamar? Para os soldados?” (SACCO, 2000, p. 71).

Em visita à Nablus, Sacco conversa com um grupo de pessoas. Alguns mostram suas cicatrizes. Um jovem de dezesseis anos diz já ter sido baleado cinco vezes. O grupo convida Sacco para visitar um hospital. O levam pelo braço de cama em cama, levantando cobertores para mostrar pessoas com ferimentos de tiros e fraturas. Uma menina de onze anos está com gesso da cintura até o tornozelo, ela diz ter tentado atirar uma pedra nos soldados e eles revidaram. Uma enfermeira diz que os soldados seguem as ambulâncias que socorrem os feridos em confrontos para interrogá-los no hospital. Ela diz ser muito comum trabalhar sob pressão.

Os soldados fazem o que querem, diz ela, entram nas salas de cirurgia sem máscaras, interrogam visitantes, já gritaram com pessoas que estavam doando sangue, já bateram no diretor do hospital. Outros funcionários contam de soldados que pararam ambulâncias, que tiraram pacientes da sala de cirurgia (SACCO, 2000, p. 35).

Neste ambiente, onde a violência é cotidiana, muitos jovens se filiam a grupos de resistência palestinos como o Hamas, Organização para Libertação Palestina (OLP) e Frente popular para a libertação da Palestina (FPLP), na esperança de que, desta forma, consigam libertar seu povo da opressão imposta pelo Estado israelense. Sacco conversa com um desses jovens, um rapaz de quinze anos. Ele conta que entrou para o movimento aos treze anos. Afirma ter sido apenas convidado, e que teve a opção de escolher se queria ou não participar. Diz que nunca sofreu pressão para que se tornasse membro de qualquer um desses grupos, foi uma

decisão sua. Os jovens entre treze e quinze anos recebem a função de pichar slogans do grupo nos muros e distribuir propagandas. Ao completarem dezesseis anos poderão se tornar oficialmente membros do grupo, se assim desejarem. A partir de então, passam também a advertir os colaboradores (cidadãos palestinos que cooperam com o Estado israelense, como espões, em troca de algum tipo de benefício). Segundo o jovem, eles advertem esses indivíduos por duas vezes, e na terceira dão uma surra. Sacco pergunta ao jovem qual a sua motivação para participar da Intifada.

Para mim é uma maneira de recuperar meu país, libertá-lo da ocupação, fazer o mundo saber sobre nós. Eu vejo como os soldados tratam meus pais, como eles batem em meus irmãos. Um deles está na cadeia (SACCO, p. 196).

Desde muito cedo os palestinos ensinam aos filhos a diferença entre o lugar onde moram e o lugar onde nasceram. A ligação deles com o local de origem é muito forte, motivo pelo qual resistem a tantas décadas de luta para a libertação de sua terra natal.

4.1 A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA DO ÁRABE NA PRODUÇÃO CULTURAL E NA IMPRENSA

Esta parte do estudo busca analisar a forma como a imagem do árabe é construída pela mídia, tendo como base o conceito de “diagnóstico crítico”, de Douglas Kellner, que propõe uma investigação do papel dominador dos meios de comunicação sobre aqueles a quem a mensagem é dirigida.

A produção cultural e a imprensa desempenham um papel decisivo na construção e manutenção de imagens depreciativas sobre aqueles que se encontram à margem das relações de poder da geopolítica contemporânea (MEIHY, p. 2).

Meihy faz uma análise do longa-metragem *Aladim*, animação produzida pela Walt Disney, que foi baseado em uma importante obra literária da cultura árabe-islâmica: “Livro das Mil e Uma Noites”, e detecta uma associação de traços físicos árabes apenas aos personagens de caráter ruim ou tolo, enquanto o personagem principal, Aladim, é representado por fisionomia tipicamente ocidental. Segundo informação do próprio estúdio Walt Disney, os desenhistas se inspiraram nos traços físicos do ator Tom Cruise.

Henry Giroux sugere que se trata de uma agressiva campanha de marketing com o intuito de recorrer aos valores facilmente reconhecidos na ordem mundial para transformar as crianças em consumidores ativos, perpetuando um discurso racista sobre os povos árabes (MEIHY, p. 3).

Na Europa e na América, as imagens do árabe e da religião islâmica são invariavelmente associadas ao terrorismo e à falta de civilização, fator responsável pela discriminação e ódio direcionados a este povo por parte das populações dos países ocidentais, o que legitima toda a forma de violência exercida contra eles.

O árabe e o islamismo representam o mal, o venial, a decadência, a luxúria e a estupidez no discurso popular e erudito. O sionismo, assim como seus mentores ideológicos ocidentais, tirou proveito dessa representação coletiva dos árabes e do islamismo. [...] um exemplo perfeito de como a propaganda política, o saber politizado e o discurso ideológico podem ter poder, implementar políticas e, ao mesmo tempo, parecer uma "verdade objetiva" (SAID, 2012, p. 30).

Isso é o que Said classifica como orientalismo: uma visão distorcida que se faz do outro (o oriental), do que é diferente, de tudo aquilo que foge dos padrões ocidentais, e que é classificado como algo negativo. É o estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o outro. Com isso, a relação entre ocidente e oriente é sempre uma relação assimétrica de poder. Essa visão negativa é propagada através do cinema, da televisão, da literatura e, principalmente, de trabalhos acadêmicos sobre a África e a Ásia, visto que muitos autores têm uma visão equivocada sobre o oriente.

Tal visão representa mais do que uma simples imagem, trata-se de um projeto civilizador. É importante lembrar que a presença de impérios europeus nesses dois continentes justificou-se pela sua capacidade de levar luz à escuridão, de levar o progresso a um lugar atrasado. O imperialismo terminou na segunda metade do século XX, ao final da Segunda Guerra Mundial, quando os processos de descolonização na África e na Ásia se iniciaram. Entretanto, a missão civilizadora que deu respaldo ao impulso imperialista das potências europeias até meados do século XX parece não ter se tornado obsoleta quando comparada às ações de Israel na Palestina, em pleno século XXI, com vistas a combater o árabe terrorista e incivilizado, considerado um intruso em seu próprio território. Isso significa dizer que, ao que tudo indica, o imaginário ocidental de outrora, no que diz respeito ao oriente, permanece intacto.

Classificar um povo inteiro como uma massa homogênea, ignorando as particularidades de cada indivíduo, não passa de uma interpretação rasa e sem qualquer credibilidade. Associar a figura de um árabe indiscriminadamente ao terrorismo seria o mesmo que, em um exemplo prático, considerar que, se o Rio de Janeiro é uma cidade que possui grande número de facções criminosas, todos os cariocas são integrantes do crime organizado, ou seja, representam o mal e precisam ser combatidos. É assim que se constrói um estigma social. E tal marca aniquila

muitas vidas. Faz com que inúmeros países neguem proteção a refugiados inocentes que imploram desesperadamente por socorro, estimula agressões contra famílias árabes que residem em países do ocidente, e dá respaldo à todo tipo de opressão por parte dos Estados nacionais, na maioria das vezes com amplo apoio da opinião pública ludibriada por tal estigma. Ou seja, uma imagem depreciativa é também um instrumento de dominação.

A elaboração de representações ameaçadoras sobre os povos e a cultura árabe-islâmica foi apoiada fortemente por acadêmicos interessados em classificar cientificamente a experiência humana em todo o Oriente Médio, para que questões política regionais fossem adaptadas aos interesses administrativos de potências ocidentais (MEIHY, pp. 8-9).

Além de tal estereótipo, constantemente veiculado pelos meios de comunicação ocidentais, outro problema comum enfrentado pelos palestinos diz respeito à negação ou ignorância da existência da Palestina. Por trás disso existe o interesse de deslegitimar as reivindicações do povo palestino e neutralizar qualquer tipo de apoio a sua causa. Segundo Said,

a Palestina é em si um conceito muito debatido, e até contestado. Sua mera menção constitui, para os palestinos e seus partidários, um ato de afirmação política importante e positiva e, para os inimigos dos palestinos, um ato igualmente afirmativo, mas de uma rejeição bem mais negativa e ameaçadora. [...] A realidade é que, hoje, a Palestina não existe, exceto como uma reminiscência ou, mais fundamentalmente, como uma ideia, uma experiência política e humana e um ato de persistente vontade popular (SAID, 2012, p. 5).

Said ressalta como verdades irrefutáveis que, até o ano de 1948, existiu naquele território um povo de essência palestina, e que esse povo foi extinguido para dar lugar à fundação do Estado israelense, mas a maioria das pessoas não tem conhecimento sobre isso. Segundo o autor, na Inglaterra há uma série de trabalhos que descrevem a censura imposta à imprensa e às publicações em assuntos pertinentes à questão palestina. O autor observa que, embora os meios de comunicação de Israel rotineiramente divulguem notícias sobre o que acontece lá e nos territórios ocupados, na imprensa ocidental "é quase total o blackout informativo sobre as práticas do governo israelense que, se fossem adotadas em qualquer outro lugar do mundo, seriam manchete de primeira página (SAID, 2012, p. 6).

Há anos a Liga Israelense de Direitos Humanos divulga informações sobre a demolição de residências árabes, a expropriação de terras árabes, o tratamento dos trabalhadores árabes, a tortura e a detenção ilegal de árabes - todos documentados sobretudo por traduções de artigos em jornais e revistas israelenses. Nenhum desses assuntos jamais vem à tona nos Estados Unidos, e não porque não sejam enviados a editores, comentaristas de TV, liberais importantes e (em geral) sinceros etc. (SAID, 2012, p. 48-49).

O fato é que jornalistas que escrevam matérias criticando Israel são rotulados como antissemitas ou, até mesmo, terroristas. Estereótipos que podem acarretar a destruição das carreiras desses profissionais. É corriqueiro observar que a mídia ocidental ao noticiar um conflito entre judeus e palestinos retrata esses últimos sempre na posição de terroristas, enquanto os ataques por parte de Israel, independente do saldo de palestinos mortos, aparece na matéria como um ato de defesa israelense. Trata-se de uma estratégia textual para correlacionar o termo terrorista aos atos de resistência dos palestinos, em uma tentativa de subtrair a condição de legitimidade de suas reivindicações.

Entretanto, a despeito dos esforços dos meios de comunicação ocidentais para abafar ou manipular as notícias sobre o conflito, para criar imagens negativas dos árabes ou, até mesmo, colocar em dúvida a própria existência da Palestina, a realidade é que

Existe cerca de quatro milhões de árabes muçulmanos e cristãos que são conhecidos entre si e pelos outros como palestinos. Eles constituem a questão da Palestina, e, se não há nenhum país assim chamado, não é porque não há palestinos. Eles existem, sim (SAID, 2012, p. 6).

5 CONCLUSÃO

O conflito israelo-palestino é assunto frequente na mídia internacional. Porém, a informação veiculada é comumente maquiada, com objetivos claros de distorcer a realidade dos fatos, visto que os meios de comunicação atendem a interesses sionistas. Com isso, aqueles que têm uma opinião favorável à questão palestina tendem a se calar por medo de serem rotulados pela imprensa como antissemitas ou terroristas. Neste panorama, os grafites de Banksy e os quadrinhos de Sacco podem atuar como linguagem política da questão palestina. A popularidade de tais obras, através de suas críticas, pode levar à conscientização de parcelas da sociedade internacional, dando impulso à criação de iniciativas em favor da questão palestina.

O muro é peça fundamental para que Israel consolide o desejo de anexar todo o território palestino em um único Estado nacional israelense. E é por essa razão que todos os ataques feitos por Banksy são direcionados ao muro e a sua função segregadora. Seus grafites atuam como porta-vozes da questão palestina, visto que Banksy possui uma legião de fãs, espalhados por diversas partes do mundo, que acompanham e divulgam o seu trabalho. Além disso, existem na Cisjordânia rotas turísticas para visitação de suas obras. A cidade é um centro de cultura e turismo, portanto recebe grande quantidade de visitantes todos os anos, o que faz com que essas obras obtenham grande número de espectadores. Gritam os guias no principal checkpoint local,

o da tumba de Raquel: "Tour guiado!", "Todos os idiomas!", "Venham! Faço a rota de Banksy, 10 euros" (RENGEL, 2013). É importante lembrar que a mensagem presente no grafite é facilmente transmitida através da emoção e do impacto provocados ao espectador por meio de suas cores, formas e empatia com a sociedade no seio da qual foi produzido.

Sacco apresenta uma dimensão humana dos palestinos nunca antes mostrada. As pessoas no ocidente não fazem ideia de como é a vida do cidadão comum palestino, pois as notícias difundidas não passam de reflexos dos estereótipos maniqueístas construídos pelos meios de comunicação. Nisso reside a importância da obra de Sacco: ele consegue mostrar que, por trás de tantos rótulos negativos, existem pessoas que não são diferentes das que existem em qualquer outro país do mundo: que sentem medo, tristeza, raiva, que se revoltam com a situação na qual são obrigados a viver, que lutam para conquistar a sua liberdade e que, acima de tudo, desejam viver em paz. Sacco consegue, através dos quadrinhos, levar ao conhecimento do leitor os excessos cometidos por Israel nos territórios ocupados da Palestina de um ponto de vista que difere integralmente daqueles mostrados pela mídia tradicional, e que dificilmente se teria acesso através de qualquer outro suporte jornalístico.

Enfim, Banksy e Sacco, cada um com a sua arte, deram contribuições de grande valor à questão palestina. Ambos são mundialmente reconhecidos por seus trabalhos, e isso possibilitou que a história de luta, resistência e sofrimento dos palestinos se tornasse conhecida por um grande número de pessoas em todo o mundo. Suas obras ultrapassaram a barreira da informação unilateral dos fatos, tão comum nos países ocidentais, e permitiram que as pessoas conhecessem também o lado palestino da história. Em outras palavras, tais obras possibilitaram que a informação chegasse a locais onde ela é constantemente omitida, velada ou deturpada pelos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, José. Prefácio. In: SACCO, Joe. *Palestina: uma nação ocupada*. Tradução de Cris Siqueira. Edição especial. São Paulo: Conrad, 2000.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BANKSY. *Exit Through The Gift Shop*. 2010. (126 min.), Documentário, son. Color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qVYYHDKhqHQ>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- BANKSY. *Guerra e spray (Wall and piece)*. The Random House Group. 2005.
- BATALHA de Argel, a. Direção de Gillo Pontecorvo. Paragon Multimedia Distribuidora, 1965. DVD (121 min): preto e branco, ntsc, pal.
- BBC BRASIL. Artista plástico coloca na Disney réplica de preso de Guantánamo. *Caderno Cultura e entretenimento*. 11 de set 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/cultura/story/2006/09/060911_disneybanksydt.shtml>. Acesso em 20 de março de 2018.
- BENTO, Berenice; TENÓRIO, Sayid Marcos. Israel e o roubo da infância palestina. *Cult*, São Paulo, 11 out. 2018. Mensal. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/israel-e-o-roubo-da-infancia-palestina/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- CUNHA, Vasco Oliveira. *Palestina: uma História (Inacabada) de Múltiplas Opressões*. MILLENIUM, nº 10, Abril 1998, pp. 49 – 62.
- FANON, Franz. *Da violência*. In: *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FLINT, Guila. Muro entre Israel e Palestina vira maior galeria de grafite do mundo: depoimento. [30 de abril, 2014]. Uol Notícias, 2014. (3 min.), Vídeo, son., color. Entrevista concedida a Rodrigo Bertolotto. Disponível em: <<https://tvuol.uol.com.br/video/muro-entre-israel-e-palestina-vira-maior-galeria-de-grafite-do-mundo-0402CC983370C4C14326>>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- GATTAZ, André Castanheira. *Seis dias e quarenta anos: a consolidação da cegueira sionista*. Instituto da Cultura Árabe, 2007.
- GOMES, Aura Rejane. *A questão da Palestina e a fundação de Israel*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. São Paulo: Edusc, 2001.
- LOURENÇO, Mariane Lemos. Arte, cultura e política: o Movimento *Hip Hop* e a constituição dos narradores urbanos. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 19, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014>. Acesso em: 20 de março de 2018.

MAKDISI, Saree. Um espaço racializado: engenharia social em Jerusalém. Tradução de Bruno Simões. *Novos Estudos*, 2010, n. 88, pp.181-193.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O Lobby de Israel. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 76, nov. 2006, pp. 43-73. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/03.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. Pobre Aladim: imprensa, produção cultural e relações de poder nas representações sobre o Oriente Médio. In: LOBO-SOUZA, Ana Cristina; TROVÃO, Flávio Vilas-Boas; VIEIRA, Thais Leão (Org.). *Diálogos e relações de poder*. ed. São Paulo: Edições Verona, 2015.

MONTENEGRO, Ana Maria Maciel. Viver e trabalhar em território ocupado: a Palestina e seu povo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 135-149, Jan./Abr. 2007.

O GLOBO. Obra de Banksy é apagada de muro na Inglaterra por ofender imigrantes. *Caderno cultura*. 2 de out 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/obra-de-banksy-apagada-de-muro-na-inglaterra-por-ofender-imigrantes-14113510#ixzz5EhjgLwUP>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva; PASSOS, Mateus Yuri. Joe Sacco: Jornalismo Literário em quadrinhos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. *Anais*. São Paulo: Intercom, 2006.

PAPPÉ, Ilan. Ilan Pappé e a limpeza étnica da Palestina. Entrevista concedida a Fábio Bosco. You Tube, mai. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=szY-Rri5Yvg>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

RENGEL, Carmen. A criança de Banksy no muro palestino. *El País*. Espanha, 20 dez. 2013. El viajero. Diário. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/19/elviajero/1387458581_160163.html>. Acesso em: 28 mar. de 2018.

SACCO, Joe. *Palestina: em la franja de Gaza*. Traducción de Roberto Rodríguez. 2. ed. Barcelona: Planeta de Agostini, 2004.

_____. *Palestina: uma nação ocupada*. Tradução de Cris Siqueira. Edição especial. São Paulo: Conrad, 2000.

SAHD, Fábio Bacila. “Racismo” a moda israelense: a situação da minoria palestina diante do exclusivismo étnico do “Estado judeu”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*; jul 2011; São Paulo, pp. 1-11.

SAID, Edward W. *A questão palestina*. São Paulo, UNESP, 2012.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Tradução: Maria Beatriz Penna Vogel. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.
- SILVA-E-SILVA, William da. Graffitis em múltiplas facetas: definições e leituras iconográficas. São Paulo, Annablume, 2011.
- TRAUMANN, Andrew Patrick. A Terra Prometida em uma bandeja colonial. *Topoi*, Revista de História, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, pp. 699-705, jul./dez. 2014.
- TRAGTENBERG, Maurício. Dialética do Sionismo. In: Revista Espaço Acadêmico. UEM, ano 2, n. 22, Mar., 2003.
- UNITED NATIONS. **The question of Palestine and the United Nations**. New York, 2008. Disponível em: <<https://unispal.un.org/pdfs/DPI2499.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- VALENZUELA, José Manuel Arce. Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

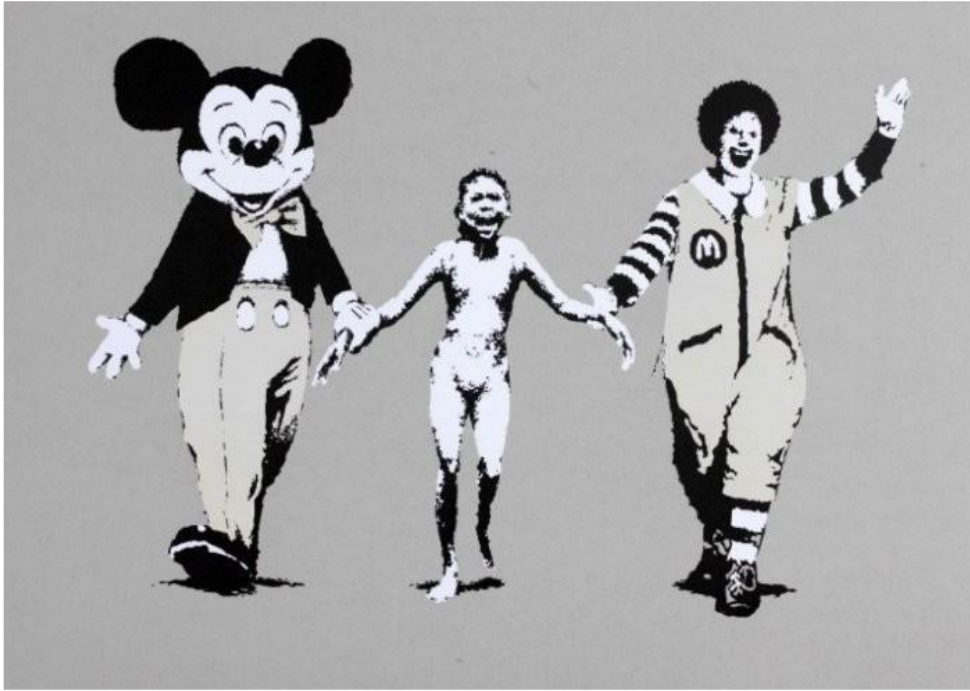
ANEXOS**ANEXO A**

Fonte: Banksy, 2005, p. 30.

ANEXO B

Fonte: Banksy, 2005, p. 76.

ANEXO C



Fonte: Banksy, 2005, p. 193

ANEXO D



Fonte: Banksy, 2005, p. 191

ANEXO E

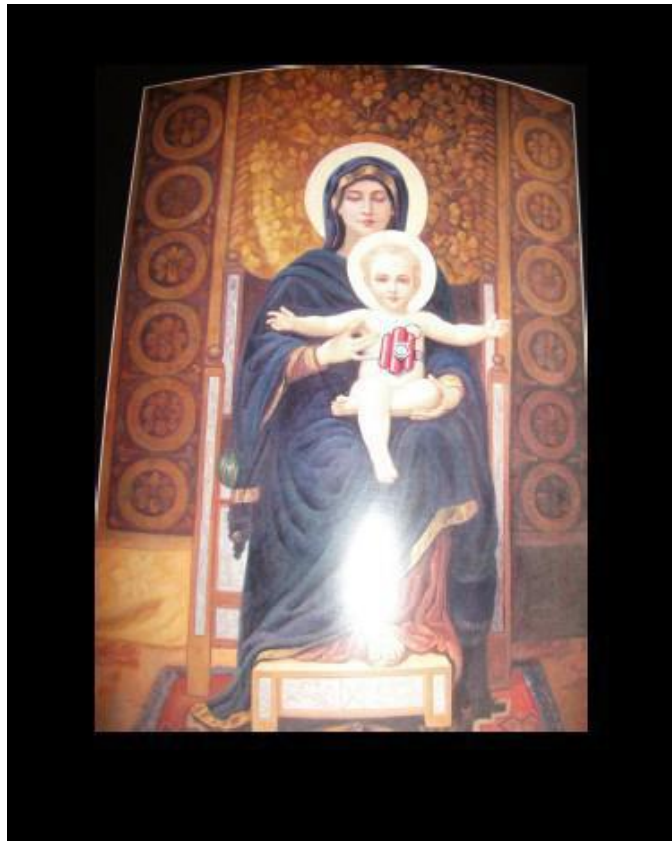


Fonte: O Globo, 2014

ANEXO F

Fonte: <https://weburbanist.com/2008/12/28/banksy-graffiti-art/12-banksy-guantanemo-prisoner-at-disneyland1/>

ANEXO G



Fonte: Banksy, 2005, p. 166

ANEXO H

Fonte: Banksy, 2005, p. 169

ANEXO I

Fonte: Banksy, 2005, p. 187